

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA – UFSC**  
**CENTRO SÓCIOECONÔMICO**  
**DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**  
**CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**  
**RENATA PAES DE OLIVEIRA**

**DO APARTHEID AO SÉCULO XXI:**  
**Histórico da Democratização Sul-africana**

Florianópolis, 2010

**RENATA PAES DE OLIVEIRA**

**DO APARTHEID AO SÉCULO XXI:  
Histórico da Democratização Sul-africana**

Monografia submetida ao curso de Ciências Econômicas da  
Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito obrigatório  
para a obtenção do grau de Bacharelado.

**Orientador: Prof. Dr. Helton Ricardo Ouriques**

Florianópolis, 2010

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA**  
**CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

A Banca Examinadora resolveu atribuir a nota \_\_\_\_ à aluna Renata Paes de Oliveira na disciplina CNM 5420 – Monografia, pela apresentação deste trabalho.

Banca Examinadora:

-----  
Prof. Dr. Helton Ricardo Ouriques

-----  
Prof. Dra. Marialice de Moraes

-----  
Prof. Dra. Patricia Ferreira Fonseca Arienti

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço à minha mãe, que em todos os anos de minha vida acumulou as funções de mãe, pai, amiga, irmã e conselheira. Obrigada por ser meu norte, meu porto seguro e por me dar sempre a certeza de que eu te tenho ao meu lado.

Ao Professor Helton Ouriques que, já desde a Economia Marxista da terceira fase, tornou-se minha referência dentro da Universidade, e se manteve assim nas outras duas matérias cursadas com ele, além da orientação desta monografia, durante a qual soube contornar minhas ansiedades e ser de grande apoio na concretização.

À família Beck Schröer, que representa uma segunda família para mim. À Ana, pela amizade e autenticidade de sempre. E à Michele, que não seria tão minha irmã se compartilhássemos os genes, além de ter uma das almas mais iluminadas que já desceu à Terra. Obrigada pelo convívio, pelo apoio, pelos colos e pseudo-broncas, e também pela normalização dessa monografia!

Aos amigos queridos que tiveram paciência com minhas ausências em função de provas e monografia e que, mesmo sabendo que muitas vezes eu não poderia estar presente, não deixaram de lembrar: Débora e Sandra Ramos, Fabiana Costa e, por último, mas não menos importante, Fabrício Garrido, que sempre esteve perto, nos momentos bons e naqueles não tão bons assim.

Às amigadas construídas no CSE, que foram de grande apoio e alegria durante todo o curso: Giseli Areas, Juliana Bortoluzzi, Karine Becker, Leticia Paola Badano Pivetta Camisão (*sorry* Gringa, o teu nome eu tive que colocar inteiro!), Sabrina Martins e Valquíria Sutil.

A todos aqueles que não foram mencionados, não por falta de lembrança, mas de espaço, e que de alguma forma fizeram parte dessa trajetória.

Por fim, agradeço à Doll, que tem sido minha companheirinha desde aquele dia chuvoso do inverno, há seis anos atrás, quando apareceu na varanda de casa e nunca mais foi embora.

*Os que lutam*

*Há aqueles que lutam um dia; e por isso são bons;  
Há aqueles que lutam muitos dias; e por isso são muito bons;  
Há aqueles que lutam anos; e são melhores ainda;  
Porém há aqueles que lutam toda a vida; esses são os imprescindíveis.*

*Bertold Brecht*

## RESUMO

OLIVEIRA, Renata Paes de. **Do Apartheid ao Século XXI: Histórico da democratização sul-africana.** 2010. 81f. Monografia em Ciências Econômicas, UFSC, Florianópolis.

A presente monografia apresenta uma breve perspectiva acerca da história social, econômica e política da República da África do Sul, especialmente no período compreendido entre o ano de 1948 e a primeira década do século XXI. Partindo de uma análise dos fatos históricos, o objetivo deste trabalho é o de evidenciar os fatores que levaram o país à sua situação atual, passando pela herança cultural de sua colonização, pelo estabelecimento do regime de segregação racial conhecido como *apartheid* e pela queda do mesmo regime, que resultou finalmente na democratização do país. Dessa forma, considerando os problemas internos e sanções internacionais impostas ao país devido ao regime que perdurou por mais de quatro décadas, este hoje vive uma situação de grandes carências estruturais, com graves problemas de desigualdades sociais, desemprego e crise na saúde pública, sendo o país com maior incidência de infecção com o vírus HIV/AIDS de todo o mundo. Desde 1994, quando da realização das primeiras eleições multirraciais no país, que aclamaram o líder anti-*apartheid* Nelson Mandela como presidente e marcaram o início da democracia no país, diversas ações foram tomadas no sentido de superar o passado e inserir a RAS no mapa do desenvolvimento. Atualmente liderando o bloco formado pelos países da África Subsaariana, desponta como potência regional, ainda que periférica. Com vistas ao desenvolvimento e avanço econômico, o país lançou em 2004 um ambicioso plano de metas de aceleração do crescimento, que busca erradicar seus problemas de pobreza até o ano 2014.

**Palavras-chave:** África do Sul. Nelson Mandela. Apartheid. Democratização.

## ABSTRACT

OLIVEIRA, Renata Paes de. **Do Apartheid ao Século XXI: Histórico da democratização sul-africana.** 2010. 81f. Monografia em Ciências Econômicas, UFSC, Florianópolis.

This monograph presents a brief overview concerning social history, economics and politics of the Republic of South Africa, especially in the period between year 1948 and the first decade of the twenty-first century. Based on an analysis of historical facts, the aim of this paper is to evidence the factors that led the country into its current situation, showing the cultural heritage of its colonization, the establishment of the system of racial segregation known as “apartheid” and its fall, which finally resulted in the democratization of the country. So, considering the internal problems and international sanctions imposed on the country due to the regime that lasted for over four decades, it currently faces a situation of major structural weaknesses, with serious problems of social inequality, unemployment and public health crisis, as the country with the highest incidence of infection with HIV / AIDS worldwide. Since 1994, when the first multiracial elections in the country took place, and hailed the anti-apartheid leader Nelson Mandela as president and marked the beginning of democracy in the country, various actions were taken to overcome the past and enter the RAS on the map development. Currently leading the bloc formed by the countries of Sub-Saharan Africa is emerging as a regional power, although peripheral. With a view to development and economic progress, the country in 2004 launched an ambitious plan targets accelerated growth, which seeks to eradicate their problems of poverty by the year 2014.

**Keywords:** South Africa. Nelson Mandela. Apartheid. Democratization.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Mapa de localização da África do Sul.....	21
Figura 2 - Placa utilizada na era do <i>apartheid</i> .....	26



## LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Principais indicadores da África do Sul, anos 2000 a 2008.....	33
Tabela 2: Comparativo entre países membros da SADC e RAS em 1992.....	40
Tabela 3: Comparativo Produto Nacional Bruto em 1992.....	41
Tabela 4: PNB da África Austral comparado com outros países e mundo em 1992.....	41
Tabela 5: Comparativo entre indicadores da África do Sul e outros países em 2008.....	42
Tabela 6: Indicativos dos países membros da SADC em 1999.....	45
Tabela 7: Indicativos dos países membros da ECOWAS em 1999.....	46
Tabela 8: Indicativos dos países membros da SADC em 2008.....	46
Tabela 9: Indicativos dos países membros da ECOWAS em 2008.....	47
Tabela 10: Comparativo dos indicadores da RAS e do Brasil nos anos 2000 e 2008.....	52
Tabela 11: Importância das exportações para a África do Sul nas exportações brasileiras e nas importações da África do Sul, em 2003 (em USD).....	54
Tabela 12: Importância das Importações da África do Sul nas importações brasileiras e nas exportações da África do Sul, em 2003 (em US\$).....	55
Tabela 13: Investimento econômico para realização da Copa do Mundo 2010.....	70

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

ACP: African Christian Democratic Party  
ANC: African National Congress  
AsgiSA: Accelerated and Shared Growth Initiative for South Africa  
CVR: Comissão de Verdade e Reconciliação  
ECOWAS: Economic Community of West African States  
EEN: Empoderamento Econômico Negro  
ELF: Estados da Linha de Frente  
EUA: Estados Unidos da América  
FIFA: Fédération Internationale de Football Association  
HCDS: Harmonized Commodity Description System  
HIV / AIDS: Vírus da Imunodeficiência Humana  
IDH: Índice de Desenvolvimento Humano  
IPEA: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada  
MERCOSUL - Mercado Comum do Sul  
MK: Umkhonto we Sizwe  
NAFTA: North American Free Trade Agreement  
NCM: Nomenclatura Comum do MERCOSUL  
NP: National Party  
NSP: Plano Estratégico Nacional  
OIAAC: Organização Internacional de Aviação Civil  
OMS: Organização Mundial de Saúde  
ONU: Organização das Nações Unidas  
PAC (1): Pan African Congress  
PAC (2): Programa de Aceleração do Crescimento  
PIB: Produto Interno Bruto  
PNB: Produto Nacional Bruto  
RAS: República da África do Sul  
RDP: Reconstruction and Development Programme  
SADC: Southern African Development Community

SADCC: Southern African Development Coordination Conference

SIDA: Síndrome da Imunodeficiência Adquirida

UA: União Africana

UIT: União Internacional de Telecomunicações

UNAIDS: Joint United Nations Programme on HIV/AIDS

UNESCO: United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization

URSS: União Soviética

# SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>14</b>
<b>1.1 Tema e problema.....</b>	<b>15</b>
<b>1.2 Objetivos.....</b>	<b>16</b>
1.2.1 Objetivo Geral.....	16
1.2.2 Objetivos Específicos.....	17
<b>1.3 Justificativa.....</b>	<b>17</b>
<b>1.4 Metodologia.....</b>	<b>18</b>
<b>1.5 Estrutura do trabalho.....</b>	<b>19</b>
<b>2 HISTÓRIA DA ÁFRICA DO SUL: A CONSTRUÇÃO DE UMA SOCIEDADE DIVIDIDA PELA COR .....</b>	<b>20</b>
<b>2.1 A colonização e os atos que antecederam o <i>apartheid</i>.....</b>	<b>22</b>
<b>2.2 A oficialização do regime.....</b>	<b>23</b>
<b>2.3 Nelson Rolihlahla Mandela .....</b>	<b>27</b>
<b>2.4 A imagem da RAS no cenário internacional.....</b>	<b>29</b>
<b>2.5 A libertação de Mandela e a queda do regime.....</b>	<b>30</b>
<b>2.6 Novas eleições e herança do <i>apartheid</i>.....</b>	<b>32</b>
<b>2.7 Situação na última década.....</b>	<b>33</b>
<b>3 O PAPEL DA AFRICA DO SUL NA SADC.....</b>	<b>35</b>
<b>3.1 O surgimento do SADCC e a transformação em SADC.....</b>	<b>35</b>
<b>3.2 Características da SADC.....</b>	<b>38</b>
<b>3.3 A entrada da África do Sul na SADC.....</b>	<b>39</b>
<b>3.4 Comparativo entre Bloco Sul (SADC) e Norte (ECOWAS).....</b>	<b>44</b>
<b>3.5 Pacto da SADC pela erradicação da pobreza.....</b>	<b>48</b>
<b>4 A RELAÇÃO ENTRE ÁFRICA DO SUL E BRASIL.....</b>	<b>50</b>
<b>4.1 As particularidades da relação entre Brasil e África do Sul.....</b>	<b>52</b>
<b>4.2 O comércio já existente entre os dois países.....</b>	<b>53</b>
<b>4.3 MERCOSUL e SADC: ajuda mútua no eixo Sul-Sul?.....</b>	<b>56</b>
<b>5 O CAMINHO SUL-AFRICANO RUMO AO SÉCULO XXI.....</b>	<b>59</b>
<b>5.1 Fazendo as pazes com o passado: as Comissões de Verdade e Reconciliação.....</b>	<b>61</b>
<b>5.2 As ações afirmativas.....</b>	<b>63</b>
<b>5.3 AsgiSA, o “PAC” sul-africano.....</b>	<b>65</b>

<b>5.4 O desafio da saúde pública.....</b>	<b>66</b>
<b>5.5 Objetivos do Milênio.....</b>	<b>68</b>
<b>5.6 Copa do Mundo 2010.....</b>	<b>69</b>
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>71</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>74</b>

# 1 INTRODUÇÃO

O continente africano, dominado pela Europa no final do século XIX, passou pelos processos de libertação colonial no pós-guerra, e sofreu efeitos devastadores a partir da crise dos anos 1980, ficando a mercê dos fluxos produtivos mundiais. No entanto, a partir do começo do século XXI, este tem se mostrado bastante interessante aos olhos das mesmas potências mundiais, especialmente no que diz respeito à sua disponibilidade de recursos naturais, dentre eles o petróleo. A própria China, que desponta como provável substituta dos EUA enquanto potência hegemônica mundial perdoou dívidas legítimas do continente africano no ano 2000, estreitando seus laços comerciais com este e, de certa forma, garantindo seu abastecimento energético no futuro. (ARRIGHI, 2008).

A União da África do Sul foi proclamada em 31 de maio de 1910 e hoje se destaca como sendo a maior e mais sofisticada economia do continente africano. No entanto, ainda amarga graves problemas, resultantes de sua própria colonização e especialmente agravada pelos anos do regime de segregação racial do *apartheid*, vigente a partir de 1948. A queda do regime ocorreu em 1994, quando finalmente foram realizadas suas primeiras eleições multipartidárias e multirraciais, que resultaram na vitória de Nelson Mandela, que anteriormente havia sido sentenciado à prisão perpétua pela prática de ações armadas em oposição ao *apartheid*, agora se tornava o primeiro presidente negro do país.

Desde a eleição de Mandela, em 1994, a África do Sul passou a fazer parte da *Southern African Development Community* (SADC), juntamente com outros treze países do continente. Entretanto, as próprias relações desta com os demais países membros ainda conflitam, visto que sua adesão a transportou do “papel de adversário ao de liderança quase natural, causando diversos constrangimentos e criando novos gargalos ao andamento da SADC”. (SANTOS, 1999, p.128).

Porém, apesar do grande passo rumo à redemocratização sul-africana que representou a queda do regime de segregação entre brancos e negros, o país, juntamente com o restante de seus vizinhos da chamada África Subsaariana (ou África negra, representada pelos países localizados abaixo do Deserto do Saara de acordo com a convenção geográfica eurocentrista, segundo a qual o Norte encontra-se acima e o Sul abaixo), tiveram o próprio acesso ao desenvolvimento negado por um capitalismo cada vez mais competitivo, cujas consequências tem sido o agravamento da polarização, desigualdade e exclusão social, aumentando assim o sofrimento da população. (CASTELLS, 1999).

Na tentativa de superar o passado de discriminação dentro de sua própria população, a África do Sul tem realizado, desde a queda do regime segregacionista em 1994, diversas ações no sentido de melhorar as condições de vida de sua população, além de buscar parcerias com os demais países do continente e tomar a frente na promoção de ações no sentido de restabelecimento da paz entre os povos do continente.

Sendo assim, ainda há um longo caminho pela frente, com muitas contas ainda a acertar junto à sua própria população, que possui carências de todas as naturezas possíveis. Não há argumentação contra a existência de problemas relativos à saúde, miséria e educação não somente no país, mas no continente africano como um todo. Entretanto, há de se reconhecer que desde a queda do regime já foram registrados progressos no sentido de diminuir o sofrimento da população, seja no sentido econômico, social ou mesmo moral.

O presente trabalho buscou, portanto, entender a atual situação da República da África do Sul, não apenas caracterizando-a como um país com sérios problemas estruturais, mas como uma nação que tenta emergir, de forma pacífica, de uma longa história de desigualdades e repressões para um futuro que pode ser ainda promissor.

## 1.1 Tema e problema

Igualdade e a ideia de oportunidades iguais são conceitos razoavelmente novos para a maioria dos sul-africanos. Até 1994, quando houve as primeiras eleições democráticas e a confecção de uma nova Constituição, o apartheid ainda não havia sido abolido. Enquanto os EUA tiveram trinta anos de experiência em práticas de igualdade de oportunidades, a situação na África do Sul é diferente. Apesar das conversações sobre ação afirmativa no início dos anos noventa, foi – e ainda está sendo – a década de noventa que se dirige a problemas do apartheid e políticas igualitárias através do processo de ação afirmativa. A história laboral da África do Sul é recheada de legislações, decisões e práticas de Apartheid. (JAARSVELD, 2000, p.17).

Em 20 de abril de 2008 a África do Sul assinou, juntamente com os demais países membros da SADC, a Declaração da SADC sobre a erradicação da pobreza e o desenvolvimento sustentável, na qual declaram urgentes as ações focadas em onze áreas de prioridade, sendo: a) Assegurar a Paz, a Segurança e Democracia; b) Acelerar a liberalização do comércio e o desenvolvimento; c) Acelerar o Desenvolvimento de Infraestruturas para a Integração Regional, a Erradicação da Pobreza e o Desenvolvimento; d) Garantir a Segurança Alimentar, a Gestão dos Recursos Naturais e o Ambiente Sustentável; e) Melhorar o Desenvolvimento Humano e Social; f) Assegurar a Igualdade do Gênero e Desenvolvimento; g) Intensificar o Combate contra o HIV e SIDA; h) Dominar a Ciência, Inovação e

Tecnologia; i) Promover e Reforçar a Parceria com o Setor Privado; j) Reforçar os Mecanismos Institucionais e a Monitorização e Avaliação; k) Intensificar a Mobilização de Recursos (SADC, 2008).

Os objetivos almejados pela SADC mostram-se deveras otimistas em relação ao futuro de seus países membros, principalmente considerando que até mesmo a África do Sul, considerada o país mais desenvolvido deles vive hoje uma realidade preocupante no que diz respeito à situação de extrema pobreza da população, que sofre com altos índices de desemprego (22% no quarto trimestre de 2008), corrupção e criminalidade, além do recuo do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) recorrente desde a queda do regime do *apartheid* em 1994, o que hoje situa o país na 125ª posição em um grupo de 177 países. De qualquer forma, as principais metas fixadas pelo SADC no sentido de promover a integração econômica da região são bastante específicas, possuindo inclusive data para serem alcançadas: a) criação de uma união aduaneira em 2010; b) criação de um mercado único em 2015; c) implementação de uma união monetária em 2016; d) criação de uma moeda única em 2018. (CARVALHO; PINHEIRO; SOUSA, 2007).

É plausível afirmar que as metas e prazos definidos pela SADC são de fato ambiciosos demais, considerando-se a atual conjuntura da região e o fato de que busca alcançar em uma década aquilo que a União Europeia, em condições incomparavelmente mais favoráveis, levou mais de quatro décadas. Eis que surgem as questões problema: ainda que num futuro não exatamente próximo, mas possível, a África do Sul está de fato caminhando no sentido de atender às necessidades e expectativas projetadas? E, em caso de sucesso, este será compartilhado com seus vizinhos menos favorecidos? Seria este o caminho para finalmente colocar o continente africano em condições de adentrar o século XXI?

## **1. 2 Objetivos**

### **1.2.1 Objetivo Geral**

Este trabalho buscou realizar um resgate histórico do processo de democratização da República da África do Sul, desde a instauração do regime de segregação racial conhecido como *apartheid* até a queda do mesmo, para análise da atual situação, barreiras e perspectivas para o desenvolvimento futuro do país.



## 1.2.2 Objetivos Específicos

De modo a alcançar o objetivo geral, procurou-se:

- Realizar uma revisão histórica da trajetória da África do Sul, desde a época da instauração do regime do *apartheid* até às mudanças decorrentes de sua queda em 1994;
- Avaliar o papel da África do Sul dentro da SADC e os desafios desta para implantação da área de livre comércio entre os países membros em busca do desenvolvimento da região;
- Mostrar a evolução histórica das relações da África do Sul com o Brasil.

## 1.3 Justificativa

Desse exercício de poder predatório que caracteriza a maioria dos Estados africanos, resultam três grandes conseqüências: primeiramente, os recursos são apropriados por particulares ou pelo próprio governo, mas sempre desvinculados da economia do país; em segundo lugar, o acesso ao poder de Estado equivale ao acesso à riqueza, e também às fontes de futuras riquezas; por fim, o povo deve submeter-se sempre à rede de patronagem para ter acesso à distribuição de empregos, serviços e pequenos favores em todos os níveis do Estado. (CASTELLS, 1999, p.123).

Em pleno século XXI verificamos o surgimento de um Quarto Mundo, caracterizado pelo capitalismo informacional, pela pobreza e exclusão social de países inteiros a quem foi negado o próprio desenvolvimento. A realidade da imensa maioria dos países do continente africano é a individualização do trabalho, tolerância e até mesmo regulamentação da superexploração do trabalho feminino e infantil, além da exclusão social de grupos e países inteiros que, se não mais segregados pela cor, ainda pela miséria constante na vida de seus cidadãos. (CASTELLS, 1999).

A África do Sul, apesar de ainda ter graves problemas herdados desde sua colonização, e potencializados por conflitos internos, desponta como a principal economia do continente, mantendo relações comerciais com os mais diversos países e blocos econômicos. Ainda que registre cerca de 50% de sua população vivendo abaixo da linha de pobreza e uma taxa de desemprego aproximada de 37% da população economicamente ativa (ZOCKUN, 2005), o país é aquele com melhores perspectivas de futuro quando comparado a seus vizinhos.

Entretanto, apesar de possuir perspectivas de desenvolvimento muito vantajosas em relação a seus vizinhos, o país passa por um grave problema de saúde pública, visto que, de acordo com o Relatório de Desenvolvimento Humano da África do Sul apresentado pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2004, 12,6% de seus habitantes estavam infectados com o vírus HIV já em 2003, o que corresponde a 5,58 milhões de pessoas. Tal estatística torna a África do Sul o país com maior e mais preocupante incidência de casos de HIV não só do continente, mas de todo o mundo. (CARVALHO; PINHEIRO; SOUSA, 2007).

Assim, esta pesquisa buscou contribuir no entendimento do caminho seguido pela África do Sul no sentido de conter o avanço global da pobreza e, desta maneira, atenuar seus problemas mais urgentes como o da saúde pública e desemprego, bem como suas possibilidades de cooperação junto aos demais países membros da SADC, para que estes saiam da contramão do desenvolvimento e possam prover a seus cidadãos condições ao menos minimamente dignas de sobrevivência.

Por outro lado, fez parte também dos objetivos deste trabalho verificar a evolução das relações econômico-comerciais mantidas entre África do Sul e Brasil, desde o estabelecimento político destas até os dias atuais.

## **1.4 Metodologia**

“Na investigação econômica, os métodos mais utilizados são o observacional, o comparativo, o estatístico e o monográfico” (GIL, 2002, p.40). A efetivação deste trabalho necessitou da realização de revisão de literatura associada à pesquisa em órgãos oficiais para coleta de dados sobre a história social, política e econômica da África do Sul, especialmente no período a partir de 1994, quando da queda do regime de segregação racial vigente no país desde 1948. Desta forma, a partir de sua definição como uma investigação história, a metodologia de trabalho utilizada foi essencialmente de pesquisa bibliográfica e documental.

Fez-se necessária também a contextualização política e histórica global, quando da ascensão do regime, bem como quanto da sua queda, para que possa ser entendida a importância dos atores sociais que se sobressaem, como é o caso de Nelson Mandela, primeiro presidente negro eleito no país, nas primeiras eleições gerais realizadas após a queda do regime.

Sendo assim, ainda que a ênfase maior seja no período posterior à queda do regime de segregação racial, não há como entender a situação do país sem buscar nas raízes do regime a motivação para sua implementação, que são parte integrante da herança que ainda hoje se busca combater.

Desta maneira, a presente monografia buscou fazer um resgate através da compilação de fatos pesquisados, com o objetivo não de quantificar dados, mas de qualificar o entendimento do processo histórico como um todo.

Importante ressaltar que não foi considerado objetivo desta pesquisa a realização de minúcias sobre: legislação, sanções impostas pela ONU ou conflitos políticos ocorridos entre a RAS e outros países do continente africano. Para que fosse facilitada a leitura, fatos cujo detalhamento não foi considerado essencial foram mencionados no decorrer do texto, mas não tiveram prolongada explicação.

## **1.5 Estrutura do trabalho**

O presente trabalho buscou apresentar a história sul-africana através de uma perspectiva sócioeconômica e, para tanto, foi dividido em cinco partes, além da parte introdutória que é o primeiro capítulo. Na segunda delas foi apresentado um histórico da situação sócioeconômica da África do Sul, especialmente no período compreendido entre 1948 a 2009, passando pela ruptura do regime do *apartheid*, mas também fazendo um resgate do que motivou sua instalação. Ainda, foi feito um estudo no que diz respeito à evolução dos indicadores sócioeconômicos do país. No terceiro capítulo foi realizada uma investigação acerca do papel da África do Sul dentro da SADC, bem como sua relação com os demais países membros. O quarto capítulo pretendeu mostrar a evolução histórica das relações da África do Sul com o Brasil. Já o quinto capítulo ofereceu um panorama contendo a situação atual e as perspectivas para o futuro do país, a evolução das relações e interesses internacionais, bem como os possíveis benefícios e malefícios ocasionados pelos investimentos em infraestrutura realizados para sediar a copa de 2010. Por fim, o sexto capítulo trouxe as considerações finais acerca do trabalho realizado.

## 2 HISTÓRIA DA ÁFRICA DO SUL: A CONSTRUÇÃO DE UMA SOCIEDADE DIVIDIDA PELA COR

O continente africano foi assim confrontado, no processo de sua incorporação à economia-mundo capitalista, por uma ideologia intrusiva que não só rejeitou o valor dos deuses que tinham sido os da África, mas que também foi penetrante no sentido de assumir múltiplas faces: cristianismo, ciência, democracia, marxismo. [...] no curso dos últimos 100 anos, surgiu o conceito de África. Trata-se de uma palavra europeia que foi definida pela primeira vez por europeus. [...] enquanto vivermos num sistema-mundo hierárquico, singular, a economia-mundo capitalista, evocar a questão de determinar se um conjunto de ideias ou maneira de pensar é universal (europeu) ou africano simplesmente nos devolve ao dilema insolúvel que o próprio sistema criou. Para sairmos desse dilema, temos de nos aproveitar das contradições do próprio sistema a fim de ir além dele. (WALLERSTEIN, 2006, p. 150).

O continente africano é provavelmente o mais diversificado do globo: múltiplos povos, idiomas, credos e culturas formam seu território. Entretanto, sua história foi marcada por uma série de conflitos. Antes mesmo de seu descobrimento por parte de expedições vindas da Europa, seu próprio povo dividido em tribos rivais guerreava entre si. Com a chegada dos europeus a situação foi agravada pelo comércio negreiro, que transformou o continente em fonte inesgotável de mão de obra escrava. Do ponto de vista econômico, o tráfico tinha ainda dupla função: os escravos tinham tanto valor de troca, ao serem tratados como dinheiro, como valor de uso, pois representavam também força de trabalho.

A África do Sul é localizada no extremo sul do continente africano, fazendo parte da chamada África Subsaariana, ao sul do Deserto do Saara, tendo sido formada pela união de quatro províncias: Cabo da Boa Esperança, Transvaal, Estado Livre de Orange e Natal. Assim como o restante do continente, o país sofreu com invasões, ocupações e pilhagens durante toda sua história: holandeses e ingleses praticamente se revezavam em constantes ocupações da região da Cidade do Cabo, ouro e diamantes foram extraídos de seu território a custo da exploração do trabalho de seu povo, sem qualquer retorno para este.

Com um território de 1.220.088 km<sup>2</sup>, que a coloca na posição de 25º maior país do mundo em área, a África do Sul atualmente é dividida em nove províncias, cada uma possui legislação e conselho executivo próprios. Entretanto, a administração oficial do país é dividida entre as cidades de Pretória (capital executiva), Cidade do Cabo (capital legislativa) e Bloemfontein (capital judiciária) e, tem sua cidade mais populosa Johannesburgo considerada como capital econômica (SOUTH AFRICA GOVERNMENT ONLINE, 2010). A moeda oficial do país é o Rand, sendo a conversão de R1 para U\$0,13, ou seja, 7,69 Randes sul-africanos equivalem a 1 dólar estadunidense, de acordo com a cotação de 11 de junho de

2010, no Banco Central do Brasil. A Figura 1 ilustra a localização da República da África do Sul, bem como suas fronteiras.



Figura 1: Mapa de localização da África do Sul  
Fonte: Voyage Fotos da África do Sul.

Por muitas décadas a África do Sul enfrentou um sério problema de discriminação dentro de sua população para com sua própria população, o que acabou gerando um dos regimes mais cruéis de que se tem notícia, o *apartheid*, que estabelecia uma diferenciação entre negros e brancos. Assim, ainda que o foco deste trabalho seja econômico, é de suma importância que seja realizado um resgate histórico da formação da República da África do Sul (RAS), ainda que breve, mas passando pela instauração do regime segregacionista, seu desenvolvimento, consequências e, finalmente, sua queda. E é a esta tarefa que se propõe este capítulo.

## 2.1 A colonização e os atos que antecederam o *apartheid*

No decorrer de sua história, de colonização europeia e, conseqüentemente, subordinação aos interesses dos colonizadores, a herança cultural deixada foi de superioridade dos brancos em relação aos negros, visto que os primeiros eram letrados e considerados intelectualmente superiores e os outros eram vistos como mera força de trabalho, conseqüentemente inferiores. Entretanto, essa cultura de superioridade branca enraizada na população alcançou níveis que superavam a mera preferência dos brancos sobre os negros, sendo oficializada mediante a criação de atos legislativos que legalizavam regras e direitos diferenciados para os indivíduos dependendo da cor de sua pele.

Dentre os Atos Regulamentadores aprovados no país, merecem destaque três destes que talvez provavelmente tenham sido os mais importantes no sentido de fornecer subsídio formal para a instauração dos demais e, conseqüentemente, para a futura legislação que tornou o regime separatista algo natural para a população branca do país, que apoiou sua aprovação. São eles: a) *Native Labour Regulation Act* de 1911 que considerava ofensa criminal o fato de um negro quebrar um contrato de trabalho; b) *Dutch Reformed Church Act* de 1911 que baniu os negros de se tornarem membros de pleno direito da Igreja Reformadora Holandesa; c) *Natives Land Act* de 1914 que delimitou as áreas onde brancos e negros poderiam possuir terras. (BRANCO, 2003).

Obviamente que a maioria negra da população se revoltou contra tais regras, mas esta não tinha qualquer tipo de organização política no sentido de reverter às decisões aprovadas pelos brancos. Assim, no decorrer do tempo foram criados diversos partidos e associações com o objetivo de unir os negros e pleitear a igualdade de direitos entre as raças. Entretanto, restaram frustrados os intentos, pois não passaram de diferentes nomes para o mesmo movimento que, sem organização política interna ou apoio externo, não obtiveram qualquer resultado prático.

No período de 1920-23 a África do Sul amargava, junto com o restante do mundo, o resultado da crise mundial deixada pela I Guerra: sua agricultura estava praticamente destruída, muitas minas estavam sendo encerradas e o desemprego urbano crescia especialmente com o êxodo rural dos negros para as cidades. Com a finalidade de reduzir seus custos de produção, a *Chamber of Mines*<sup>1</sup> havia decidido reduzir o número de trabalhadores brancos, substituindo-os pelos negros, que receberiam menores salários pelo mesmo serviço.

---

<sup>1</sup> Chamber of Mines era uma espécie de sindicato dos proprietários de minas.

Assim, vendo ameaçados seus empregos, os brancos uniram-se em torno do slogan *Workers of the World Unite and Fight for a White South Africa*<sup>2</sup> (BUNTING, 1969).

Com a revolta da classe operária branca contra os negros que ameaçavam sua estabilidade profissional, o governo aproveitou o momento e passou a implementar diversos outros Atos Legislativos de caráter segregacionista, a começar pelo setor de minas, ampliando-se para os outros setores em seguida. Os atos que se seguiram ampliaram as medidas segregacionistas, não mais limitando-se à separação entre negros e brancos, mas também alimentando um sentimento antissemita, desta vez contra os donos das minas que eram, em sua maioria, judeus.

O período da II Guerra Mundial impactou na economia sul-africana que, apesar de ainda depender das minas de ouro, registrou crescimento na atividade industrial, urbanização da população e, conseqüentemente, aumento da população de trabalhadores negros dentro das cidades (KOCK, 1972). Aos empresários era importante o uso da mão de obra negra, visto que esta era de menor custo que a branca. Todavia, o interesse econômico de baratear os custos de produção iria de encontro ao princípio segregacionista de manter os negros fora do perímetro urbano ocupado pelos brancos. Politicamente isso gerou um problema ao tornar a população negra majoritária nas zonas urbanas.

## 2.2 A oficialização do regime

Os atos do governo sul-africano estavam sempre voltados à separação entre a minoria branca e a maioria negra, estabelecendo sempre vantagens para a primeira em relação à segunda. Assim, em 1948 foram realizadas eleições gerais, o que culminou na vitória do *National Party*<sup>3</sup> (NP), caracterizado por radicalismos no sentido de proibir qualquer forma de integração política à população negra, negando inclusive que esta tivesse direito à representação parlamentar, formação de sindicatos ou sequer casamentos mistos. Ainda que tenha havido concessões nas esferas econômica e social para manter empresários satisfeitos e trabalhadores negros motivados, não foram conferidos de fato direitos aos negros.

---

<sup>2</sup> Trabalhadores do mundo unam-se e lutem por uma África do Sul branca.

<sup>3</sup> Partido Nacional.

Entretanto, ainda que a liberalização concedida aos negros fosse mínima, os separatistas mais conservadores consideraram-na uma afronta, o que fez com que o NP a encerrasse, abrindo caminho à implementação oficial da Doutrina do *Apartheid*, com a regulamentação de uma série de novos atos que cada vez mais tolhiam os direitos dos negros e reforçavam a ideia da supremacia da raça branca. Tal fato acabou por moldar a vida econômica, social e política, contando sempre com o apoio religioso da Igreja Reformadora Holandesa.

Se antes de o Partido Nacionalista subir ao poder tínhamos alguma esperança ou ilusão com relação a ele, nós a perdemos sem demora. Quando o partido ameaçou pôr os cafres no seu lugar, não estava brincando. Além da Lei da Eliminação do Comunismo, em 1950 foram aprovadas duas novas leis que foram as pedras fundamentais do apartheid: a Lei do Registro da População e a Lei das Zonas de Grupo [...] Os testes arbitrários e sem sentido que serviam para distinguir um preto de um mestiço e um mestiço de um branco com frequência resultavam em casos trágicos em que membros da mesma família recebiam diferentes classificações, tudo dependendo de um filho ter pele mais clara ou mais escura. (MANDELA, 1995, p. 106).

Cabe aqui uma diferenciação conceitual no sentido de esclarecer a diferença entre a idéia de supremacia racial do branco sobre o negro e a segregação racial do regime do *apartheid*. Segundo Branco (2003), enquanto que o conceito de supremacia branca defende mera subordinação do negro perante o branco, a segregação visa a separação entre brancos e não-brancos nas esferas do trabalho, governo, habitação e lazer. Ainda que o conceito (e a própria prática) da supremacia seja exercida em praticamente todo o mundo, onde se verifica diferenciação de salários e melhores empregos para a população branca, inclusive no Brasil, a prática da segregação da forma como realizada na África do Sul não encontra semelhança em qualquer lugar do mundo.

Como já mencionado, os primeiros sinais da discriminação remontam da colonização, quando os brancos assumiram a condição de donos e os negros de trabalhadores. A própria legislação de 1927, ao aprovar o *Native Administration Act*<sup>4</sup>, abriu caminho para a criação do modelo ao deixar clara a intenção de separação étnica e geográfica da população. Não obstante, a implementação do regime contou com importantes aliados, como o argumento religioso e ideológico de que os brancos tinham uma superioridade divina sobre os negros, além do fato econômico de que a subordinação da população negra era importante para manutenção da mão-de-obra barata e abundante.

---

<sup>4</sup> Lei de Administração dos Nativos.



Desta forma, o NP tomou como missão a proteção da raça branca de qualquer política, doutrina ou ataque que pudesse ameaçar sua existência. Por outro lado, rejeitou qualquer política de opressão dos não europeus pelos europeus, pois isso contrariaria os princípios cristãos que o norteavam. Assim, a política do *apartheid* separaria totalmente os brancos dos negros, assim como os negros dos brancos, protegendo ao mesmo tempo as duas raças e possibilitando o desenvolvimento por igual de cada uma delas, separadamente. (KOCK, 1972). Essa era a teoria, pois na prática sua finalidade nada mais era que a simples separação das pessoas através do critério de cor, ou seja a segregação racial.

O *apartheid* criou um monstro – um Estado branco enquistado numa região multiétnica. Este Estado, enquanto responsável pela representação exterior, reproduziu nesse âmbito sua concepção interna que evoluiu, entre 1948 e 1990, de considerar-se um país europeu estabelecido na África a um país africano europeu [...] o *apartheid* isolou a África do Sul da comunidade internacional e sua política externa incorporou esse isolamento ao constituir seu núcleo de formulação e ação em torno da defesa do regime e sua sobrevivência. Ela não se caracterizou, nem nos momentos de extroversão, como um movimento em direção ao mundo exterior, uma projeção que ampliasse o horizonte nacional. (MENDONÇA, 2000, p.13).

Para legitimar seus objetivos, o *National Party* buscou elaborar o máximo possível de leis que legitimassem o *apartheid* mesmo nos governos que o sucedessem. Foram aprovadas diversas leis, tanto no âmbito social, quanto no âmbito de reforçamento policial, que cada vez mais oprimiam a maioria negra. Por outro lado, a população negra se revoltava contra a discriminação sofrida. Diversos partidos, slogans e tentativas pacíficas de inserir os negros nos direitos dos sul-africanos foram frustradas, pois as ações não conseguiam sequer mobilizar a própria população negra.

Somente em 1952, quando foi realizada a *Defiance Campaign Against Unjust Laws*<sup>5</sup>, levando à prisão mais de 2500 pessoas por desobediência ao governo, os ativistas anti-*apartheid* conseguiram chamar a atenção da comunidade internacional para a situação vivida no país. Para Mandela (1995, p.114): “Nesse primeiro dia da Campanha de Oposição mais de 250 voluntários do país inteiro violaram diversas leis injustas e foram presos. Foi um começo auspicioso. Nossos soldados eram ordeiros e estavam disciplinados e confiantes”. Após o episódio, os ativistas anti-*apartheid* viram-se obrigados a rever suas estratégias e acabaram por lançar um documento intitulado *Freedom Charter*<sup>6</sup>, que enunciava uma série de reivindicações e metas nos mais diversos campos para um governo democrático e justo tanto para negros quanto para qualquer outra raça. A resposta do governo foi a prisão dos líderes do

<sup>5</sup> Campanha do desafio contra leis injustas.

<sup>6</sup> Carta Régia da Liberdade.

movimento, sob a acusação de traição, bem como a ilegalização e perseguição aos movimentos anti-*apartheid*. A Figura 2 ilustra uma placa comum na época de vigência do *apartheid*, estabelecendo locais que eram de uso exclusivo da população branca.



Figura 2: Placa utilizada na era do *apartheid*<sup>7</sup>  
 Fonte: Voyage Fotos da África do Sul.

O clima de instabilidade política gerou graves consequências econômicas, com a fuga de capitais abalados pela falta confiança dos investidores. Ainda assim, não foi freado o movimento de instalação do *apartheid*, que apresentava a África do Sul não como uma sociedade multirracial, mas como uma sociedade na qual existiam diversas nações que se desenvolviam separadamente, com território e população próprios. As duas maiores prioridades do regime eram a separação física das raças tanto na zona urbana como na rural e

<sup>7</sup> PARA USO DE PESSOAS BRANCAS: estes locais públicos e todas suas comodidades foram reservadas para uso exclusivo de pessoas brancas. Por ordem do Secretário da Província.

a transformação da África do Sul numa República, independente da Grã-Bretanha (BRANCO, 1993).

O ano de 1961 foi marcante para o país. Por um lado houve a proclamação da República da África do Sul (RAS) em 31 de maio, nomeando C.R. Swart como o primeiro Presidente. Por outro lado, no mesmo ano, os principais movimentos de oposição ao regime, o *African National Congress*<sup>8</sup> (ANC) e o *Pan African Congress*<sup>9</sup> (PAC) foram proibidos de atuar, marginalizados pelo governo. Apesar dos dois movimentos terem sido pacíficos desde sua formação, existia dentro de cada um deles alguns membros mais radicais. Assim, a decisão de enveredar pela luta armada não tardou a chegar, sob o argumento de que fora esgotado o potencial dos protestos e ações não violentas.

Desta forma, surge também em 1961, o grupo intitulado *Umkhonto we Sizwe*<sup>10</sup> (MK), liderado pelo alto escalão do ANC, no qual se destacava Nelson Mandela. O MK começou seus ataques no mesmo ano, no dia 16 de dezembro, data simbólica e feriado no país.

Nós escolhemos o dia 16 de dezembro, Dia de Dingane, por um motivo. Nesse dia os sul-africanos brancos costumam comemorar a derrota do grande líder Zuli Dingane na Batalha do Rio do Sangue, em 1938. Dingane era meio-irmão de Shaka e naquela época governava o Estado africano mais poderoso que já existiu ao sul do rio Limpopo. Naquele tempo as balas dos bôeres eram demais para as azagaias dos impis zulus, de modo que as águas do rio que passava por ali ficaram tintas do sangue deles. No dia 16 de dezembro os africânderes comemoram a derrota dos africanos, como uma demonstração de que tinham Deus a seu lado, enquanto os africanos lamentavam o massacre de seu povo. Escolhemos o dia 16 de dezembro para mostrar que nós, os africanos, estávamos começando a lutar e tínhamos a justiça (e muita dinamite) do nosso lado. (MANDELA, 1995, p. 235).

Assim, a partir de 1961, foi rompida a barreira das manifestações pacíficas que defendiam o uso do diálogo para conscientização da população acerca dos malefícios causados pela segregação racial imposta.

## 2.3 Nelson Rolihlahla Mandela

Falar sobre a história da África do Sul sem destacar a atuação de Nelson Mandela seria torná-la incompleta. Assim, neste momento cabe aqui descrever, ainda que de forma sucinta,

---

<sup>8</sup> Congresso Nacional Africano.

<sup>9</sup> Congresso Pan-africano.

<sup>10</sup> Grupo composto por membros mais radicais, considerado o braço armado do alto escalão do ANC.

os fatos que o levaram à prisão e acabaram por transformá-lo em símbolo de resistência não só para o povo sul-africano, como para o restante do mundo.

Mandela destacou-se como protagonista do MK e aproveitou seu prestígio para angariar apoio para a luta armada junto a outros povos africanos, conseguindo inclusive o apoio externo da então URSS, devido à sua política a favor de revoltas contra o domínio ocidental, representado pelos Estados Unidos, apoiadores do *apartheid*. O território africano passou a ser disputado pelas duas potências mundiais durante a Guerra Fria. Todavia, a estratégia defendida pela MK não era o genocídio, mas causar danos financeiros à economia do *apartheid* e assim, prejudicar o governo através do afastamento de investidores estrangeiros.

Na Umkhonto, sempre procuramos chegar à liberdade sem derramamento de sangue e sem guerra civil. Mesmo nesta hora tardia esperamos que nossos atos iniciais acordem todos para que percebam a situação desastrosa para a qual o Partido Nacionalista está nos levando. Nossa esperança é levar o governo e todos que o apóiam a cair em si antes que seja tarde demais, de modo que o governo e as táticas governamentais mudem antes de sermos levados ao estágio desesperado de uma guerra civil. (MANDELA, 1995, p. 235).

Entretanto, ao mesmo tempo em que os movimentos anti-*apartheid* adaptavam suas técnicas para a nova abordagem, também o regime se preparava para lidar com as mudanças da oposição, alocando inclusive agentes infiltrados para descobrir planos e prender os líderes do movimento. Assim, o governo acabou por prender e condenar Mandela a cinco anos de prisão por ter regressado clandestinamente à RAS em 1962, após ter passado tempo fora angariando fundos e apoios para o MK. Apesar de sua prisão, outros líderes do movimento continuaram o trabalho, mas acabaram também presos juntamente com documentação que fez com que o governo acusasse a todos de atos de sabotagem e traição, passível de condenação à morte. A principal acusação era de que o movimento estava aliado ao bloco comunista para derrubar o governo, o que traria ao regime também a simpatia e apoio ocidental. Nas palavras do Primeiro-Ministro Verwoerd: “*We are dealing here with a communist attack which was directed not only against South África but against the West*”<sup>11</sup>. (MANDELA, 1995, p. 59).

Durante todo o julgamento a acusação tentou associar a imagem de Mandela e seu grupo à ideologia comunista, o que reforçaria tanto internamente quanto internacionalmente a tese de que o *apartheid* era vital no sentido de proteger a população sul-africana. Mandela defendeu-se das acusações afirmando que o objetivo de sua luta não era contra os brancos,

---

<sup>11</sup> Nós estamos lidando aqui com um ataque comunista dirigido não apenas contra a África do Sul, mas a todo o Oeste.

mas a favor de uma sociedade multirracial, livre de discriminações. Embora as acusações de traição não tenham sido comprovadas, todos os acusados no processo foram condenados, em junho de 1964, à prisão perpétua, o que revelou a determinação do governo sul-africano de esmagar qualquer contestação interna que surgisse.

## 2.4 A imagem da RAS no cenário internacional

O período compreendido entre 1962 e 1972 registrou certa calma social na RAS, permitindo certo crescimento econômico e diminuindo a diferença nas condições de vida das populações negra e branca. Entretanto, a imagem do regime perante o cenário internacional apresentava-se cada vez mais desfavorável. Mantinha-se tensa a relação entre a Organização das Nações Unidas (ONU) e a política segregacionista sul-africana. Por um lado o regime não reconhecia qualquer direito que a ONU tivesse de intervir na política segregacionista e passasse cada vez mais a abandonar sua participação nas agências especializadas da ONU, como a UNESCO em 1955 e OIT em 1964, além de estar em discussão sua permanência ou expulsão da OMS, UIT e OIAC. (BRANCO, 2003).

Assim, ainda que a situação interna do país estivesse relativamente controlada em relação aos movimentos contrários ao regime, os países membros da ONU cada vez mais aderiam à campanha inicialmente encabeçada pela Índia (em defesa dos sul-africanos de origem indiana) contra as práticas do regime. A partir de 1962 uma série de medidas foram tomadas no sentido de pressionar o governo sul-africano a mudar as práticas do regime até então, como a criação do Comitê do *Apartheid*, que aprovou a aplicação de um pacote de sanções para o país, inclusive o embargo no envio de armas. (REDDY, 1994).

O ano de 1973 marca o começo da falência do regime. A queda no preço do ouro e o aumento do preço do petróleo devido à crise petrolífera evidenciaram a recessão e geraram greves no país. Ainda, as sanções impostas pela ONU fizeram com que a maioria dos países produtores de petróleo cessasse suas vendas à RAS, que tinha que comprar no mercado secundário, a preços muito maiores. Também em 1973 é aprovada pela Assembleia Geral da ONU a Resolução A/RES/3068, que classifica o *apartheid* como um crime contra a humanidade. No mesmo ano o regime perde o direito de representar os interesses do povo sul-africano perante as comunidades internacionais, enquanto que os líderes dos movimentos de oposição são convidados a participar das reuniões da ONU. (REDDY, 1994).

Os anos que se seguiram foram marcados por uma intensa campanha contrária às práticas do *apartheid*, através das sanções internacionais, pressão dos vizinhos africanos que haviam conquistado sua independência e crescente luta armada da oposição interna liderada pelo ANC. Tais fatores tornaram enfraquecido o regime, que tentava se manter através da radicalização de seus atos. Assim, dentre os conflitos ocorridos, destaca-se em 1976 a manifestação de estudantes do ensino secundário contrários à utilização de livros em inglês. O resultado foi a morte de crianças, o que evidenciou ainda mais a situação da África do Sul no cenário internacional e deu novo fôlego aos movimentos de resistência.

Soweto explodia. Dez mil estudantes negros marcham pacificamente para a escola onde a greve começara, onde se defrontam com a polícia, que utilizou gás lacrimogêneo. As crianças atiram pedras, a polícia revidou abrindo fogo e matando uma criança. (SAMPSON, 1988, p. 124)

Diversas outras sanções foram impostas nos anos que se seguiram, mesmo por parte daqueles países que anteriormente apoiavam o regime. Tais sanções isolavam a RAS tanto econômica quanto socialmente. O ano de 1985 destaca-se por marcar a adoção da Resolução 569 do Conselho de Segurança, que determinava o fim dos investimentos no país e também pela Resolução 40/64 da Assembleia Geral da ONU, que isolou o país do ponto de vista desportivo, impedindo que seus atletas participassem de qualquer tipo de competição internacional. (REDDY, 1994).

A partir desse aprofundamento das sanções impostas à RAS, aliado a crescentes conflitos internos a crise econômica que já assolava a população negra foi finalmente percebida pela população branca, que agora também vislumbrava a marginalização do país em todas as esferas, pressionou o governo, a quem restou perceber que brancos e negros eram tão economicamente interdependentes que não poderiam viver separados da forma como propunha o regime.

## **2.5 A libertação de Mandela e a queda do regime**

Fazia 20 anos que nos dedicávamos à luta armada. Muita gente já morrera nos 2 lados. O inimigo era forte e resoluto. Mesmo assim, com todos os seus bombardeiros e tanques, o inimigo deve ter percebido que estava na contramão da história. Nós estávamos do lado certo, só que ainda não tínhamos força. Para mim estava claro que uma vitória militar era um sonho distante, para não dizer impossível. Simplesmente não fazia nenhum sentido os dois lados perderem milhares e até milhões de vidas num conflito desnecessário. Eles também já deviam saber disso. Estava na hora de dialogar. (MANDELA, 1995, p.429)

A partir de novembro de 1985, O Ministro da Justiça, Prisões e Polícia Hendricl Jacobus Coetsee tentou se aproximar de Mandela no intuito de buscar um acordo que o convencesse a desistir da luta armada, do apelo às sanções internacionais e ao desinvestimento e das campanhas de protesto para que fosse negociada sua libertação. Mandela não foi convencido a tais ações, tendo deixado a liderança do ANC a par da situação e, de comum acordo, aberto um canal de comunicação com o governo, através do ministro.

Pode-se afirmar que os primeiros ventos de mudança surgiram com a vitória eleitoral de Frederick Williem De Klerk em 1989. Apesar de membro tradicional do *National Party* e apoiador do regime, decidiu que era hora de avançar nas negociações de paz dentro do país a partir de gestos de boa vontade como a libertação de presos políticos e a legalização dos movimentos anti-*apartheid*. Assim, ao realizar seu discurso de abertura do Parlamento<sup>12</sup>, em 2 de fevereiro de 1990, o Presidente Sul-Africano surpreendeu a todos ao abolir oficialmente o regime do *apartheid* e anunciar ao país as grandes transformações que iriam começar. Seu discurso contemplou a negociação como área prioritária do governo e finalizou anunciando a libertação incondicional de Nelson Mandela, o que foi cumprido exatamente nove dias após o discurso, em 11 de fevereiro de 1990. Há controvérsias em relação à motivação de De Klerk na queda do regime, visto que obviamente não estava disposto a ceder o poder à maioria negra. No caso de Mandela, imediatamente após sua libertação realizou um discurso público na Cidade do Cabo, no qual deixou claro seu apoio à continuação da luta armada e das sanções, uma vez que as condições para o início das negociações ainda não estavam reunidas: “Estimulei o povo a voltar para as trincheiras e intensificar a luta, dizendo que percorreríamos juntos o quilômetro final”. (MANDELA, 1995, p.461).

Após um longo período de negociação entre as lideranças do governo e do ANC, em 22 de dezembro de 1993 o Parlamento sul-africano aprovou a Constituição interina que, na prática, encerrou o *apartheid*. O processo das negociações foi considerado inovador, visto que dispensou recurso a mediadores estrangeiros e, portanto, contribuiu para a atribuição do Prêmio Nobel da Paz<sup>13</sup> a Mandela e De Klerk, por seu trabalho no sentido de encerrar o regime do *apartheid* de forma pacífica e dando início a uma nova democracia na África do Sul.

<sup>12</sup> Discurso completo disponível em:

<<http://archive.niza.nl/docs/200404201354203185.pdf?&username=guest@niza.nl&password=9999&groups=NIZA&workgroup=>>.

<sup>13</sup> Informação disponível em: <[http://nobelprize.org/nobel\\_prizes/peace/laureates/1993/>](http://nobelprize.org/nobel_prizes/peace/laureates/1993/>).

## 2.6 Novas eleições e herança do *apartheid*

As primeiras eleições multirraciais do país ocorreram em 27 de abril de 1994 e, ainda que 19 partidos tenham participado, a grande maioria era de pequena dimensão e não representava um grande número de eleitores. O ANC venceu as eleições com maioria absoluta de 62,65% dos votos, o que lhe permitiu eleger 252 deputados (BRANCO, 2003). Em 9 de maio de 1994 o novo Parlamento realizou na Cidade do Cabo sua primeira reunião, proclamando de forma unânime o nome de Nelson Mandela como Presidente do país, Thabo Mbeki como primeiro Vice-Presidente e F.W. De Klerk como segundo Vice-Presidente.

Constituído o novo governo, a prioridade seria aplicar o *Reconstruction and Development Programme*<sup>14</sup> (RDP), que buscava reverter os inúmeros problemas sociais e econômicos herdados da época de vigência do *apartheid*. A intenção era mobilizar o país e todos os recursos possíveis para eliminar os traços do regime e construir uma nova sociedade, democrática e livre de preconceitos. Ao constatar que a população branca gozava de boa situação financeira e social enquanto que a negra amargava dificuldades e desemprego, o RDP tinha como objetivos principais a diminuição da pobreza e a reconstrução da economia.

Em 1995 o governo cumpriu a promessa do ANC e adotou oficialmente a Política de Ação Afirmativa com a finalidade de favorecer agora os grupos antes discriminados (no caso, negros, indianos e mestiços) nas mais diversas esferas, com o objetivo de diminuir as desigualdades e injustiças estabelecidas pelo antigo regime. Tal ação foi posta à responsabilidade do Departamento de Serviço Público e Administração, mas embora tenha encontrado grande apoio em meio à população negra, encontrou também grande resistência da população branca.

O novo governo encontrou dificuldades também no que diz respeito ao funcionalismo público que contava com cerca de 85% de homens brancos nos cargos de chefia, o que representava um problema para o ANC e as reformas propostas. De outro lado, havia a própria polícia, considerada pelo ANC em seu relatório *Policing in the New South Africa*<sup>15</sup> um instrumento do *apartheid*, cuja imagem não possuía crédito perante a população. Ainda, havia o problema da crescente corrupção que se instalava em todos os setores da administração pública, com previsão orçamentária para despesas secretas cuja prestação de contas seria dispensada, além de outras rubricas afins. (BRANCO, 2003).

<sup>14</sup> Programa para Reconstrução e Desenvolvimento. Texto completo disponível em: <<http://www.anc.org.za/ancdocs/policy/white.html>>.

<sup>15</sup> Policiamento na nova África do Sul.



Apesar dos esforços do governo no sentido de recuperar a economia do país e atingir as metas fixadas no RDP, restaram frustrados seus intentos: o baixo investimento interno e externo, aliado à queda do preço do ouro nos mercados internacionais fez com que aumentasse o desemprego e, conseqüentemente, a pobreza. Assim, ainda que os avanços no campo da igualdade social entre negros e brancos tenham sido consideráveis, o *apartheid* econômico entre estes permanecia. Ficam ainda os desafios a serem enfrentados: construção de uma democracia; combate à exclusão social e racial; ampliação do acesso a políticas sociais e direitos para a população negra; modernização e desenvolvimento econômico e ruptura com o isolacionismo externo.

Em 1999 foram realizadas novas eleições, quando foi eleito Thabo Mbeki, vice-presidente do governo Mandela e segunda vitória do partido ANC. A prioridade do sucessor de Mandela seria continuar o caminho de tornar a África do Sul um país mais humano e com melhores condições de vida para a população. O trabalho de reconstrução continuou no segundo mandato de Mbeki (2004-2008), na presidência de Kgalema Motlanthe (set/2008-mai/2009) e permanece no governo de Jacob Zuma (mai/2009-atualmente), todos membros do ANC. Os desafios e avanços dos governos que sucederam Mandela serão pautados no Capítulo 5, onde serão apontadas a situação atual e a perspectiva para o futuro do país.

## 2.7 Situação na última década

Após todo o período no qual a população da África do Sul foi submetida ao regime de segregação racial, conflitos opositoristas internos e também incontáveis sanções internacionais, não é estranho que seus indicadores sociais e econômicos sejam bastante preocupantes. A Tabela 1 ilustra alguns indicadores básicos relativos à RAS no decorrer da última década:

Tabela 1: Principais indicadores da África do Sul, anos 2000 a 2008

<b>Indicador</b>	<b>2000</b>	<b>2005</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>
População total (milhões)	44,00	46,89	47,85	48,69
Crescimento populacional (% anual)	2,5	1,2	1,0	1,7
População vivendo abaixo da linha da pobreza nacional (% da pop)	38,0	..	..	22,0
Expectativa de vida ao nascer (anos)	56	52	51	51
Taxa de mortalidade infantil - abaixo de 5 anos (por 1,000)	73	70	66	67
Contaminação com HIV, total (% da população idade 15-49)	15,9	18,2	18,1	..
PIB (ano corrente em bilhões de US\$)	132,88	242,80	283,74	276,45
PIB (crescimento anual em %)	4,2	5,0	5,1	3,1
Inflação, PIB (deflator anual em %)	8,8	5,4	9,0	10,8

Fonte: elaboração da autora, a partir de dados do site do Banco Mundial.

Pode ser verificado um aumento no PIB, que mais que dobrou no decorrer da década e, tendo sido acompanhado por uma queda nos índices de população vivendo abaixo da linha da pobreza. Entretanto, vale ressaltar o aumento no índice inflacionário no período. Por outro lado, verifica-se uma situação bastante problemática no que diz respeito à contaminação da população com o vírus HIV, que vem crescendo desenfreadamente a cada ano não somente na África do Sul, mas no restante do continente. No capítulo concernente à relação com o Brasil, será feito um comparativo destes indicadores entre os dois países.

Ainda, vale ressaltar que tal crescimento no PIB do país e, conseqüentemente, a melhoria da situação da população deve-se, em grande parte, aos investimentos recebidos em função da realização da Copa do Mundo 2010, que começaram a ter expressão especialmente a partir do ano de 2004.

O que pode ser concluído a partir deste capítulo é que a África do Sul passou por um período bastante conturbado, no qual se viu diante de uma legislação que separava seus cidadãos através do critério de cor. A partir de 1927, quando foi aprovada a legislação que já deixava clara essa separação e, especialmente a partir de 1948, quando assume o poder o Partido Nacional e torna oficial a segregação, começa o regime denominado *apartheid*, cujo pressuposto básico seria a superioridade branca sobre as demais raças. Por anos ocorreram manifestações populares e sanções internacionais no intuito de que o regime fosse extinto, fato esse que ocorreu apenas em 1990. Dentre os líderes da oposição ao regime destaca-se Nelson Mandela, eleito presidente nas primeiras eleições multirraciais, realizadas em 1994. Desde então o país tem buscado, agora em regime democrático, conter os problemas deixados pelo regime anterior.

### 3 O PAPEL DA AFRICA DO SUL NA SADC

A integração regional refere-se ao movimento para estabelecer ligações entre e em meio a um grupo de países dentro de um determinado espaço geográfico, motivado pelos interesses comuns e compartilhados para cooperação nas áreas de comércio e outros setores econômicos, com vistas a alcançar uma zona de livre comércio e, subsequentemente, estabelecer uma união alfandegária. (THE SECRETARIAT OF THE ACP, 1997).

O mundo hoje experimenta uma fase de alianças entre os países, especialmente entre aqueles próximos geograficamente. Ainda que com a globalização tenha havido grande queda de barreiras, especialmente nas áreas de comunicação e informação, faz-se necessário que as nações busquem aliados no sentido de minimizar suas carências em troca de suas forças. Por um lado, a Europa se une em torno de um comércio comum dentro do continente, fazendo uso inclusive de uma moeda unificada. Por outro lado os EUA formaram a *North American Free Trade Agreement* (NAFTA) juntamente com Canadá, tendo incluído posteriormente o México. E o Brasil desponta como potencial líder do MERCOSUL. Obviamente que o continente africano não ficaria de fora e, desta forma, surge na África Subsaariana, a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC), que será o foco principal deste capítulo.

#### 3.1 O surgimento do SADCC e a transformação em SADC

Para compreender os objetivos e funcionamento do SADC, faz-se necessário remontar a origem de seu antecessor, o *Southern African Development Coordination Conference*<sup>16</sup> (SADCC) constituído em 1980 pela declaração intitulada África Austral Rumo à Independência Econômica, que ficou posteriormente conhecida como Declaração de Lusaka. O SADCC era composto originalmente por Angola, Botsuana, Lesoto, Malawi, Moçambique, Swazilândia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue.

Os objetivos explícitos do SADCC eram quatro: redução da dependência econômica, especialmente em relação à África do Sul; possibilitar integração regional de forma equitativa; mobilização de recursos para implementação de políticas nacionais, interestatais e

---

<sup>16</sup> Conferência para a Coordenação do Desenvolvimento Sul-Africano.

regionais; atuação internacional para a garantia de cooperação dentro de uma estratégia de liberalização econômica (SADC, 2010). Ou seja, surge como um movimento que tinha como um dos objetivos centrais o combate ao regime sul-africano. Desta forma, assim como os Estados da Linha de Frente (ELF) combatiam politicamente o *apartheid*, o SADCC tinha como função combatê-lo de forma econômica o que, na prática, seria um meio mais eficaz de obter sucesso no objetivo político, ou seja, a abolição do regime. Esse poderia ser entendido como um objetivo implícito do SADCC: o apoio aos movimentos de libertação, este extra-oficial para evitar retaliações por parte da RAS.

Com a crença de que a dependência dos países membros em relação à África do Sul, o SADCC buscou então elaborar um programa multilateral e, para tanto, atribuiu a cada país membro a responsabilidade sobre uma área específica, visando o desenvolvimento de diversos setores, como comunicações, transportes, relações comerciais, investimentos e fluxos migratórios. Destes, merecem destaque as áreas de comunicação e transporte, este último no intuito de compensar a falta de acesso ao mar de seis dos nove signatários. Entretanto, seria inviável a efetivação das ideias, em face da aberta oposição sul-africana à perda de seu controle sobre seus vizinhos: a resposta foi dada através de ações de desestabilização tanto econômica quanto militar.

Diversos problemas e conflitos ocorreram entre a RAS e os países do SADCC no período compreendido entre a criação do SADCC em 1980 até a adesão da África do Sul em agosto de 1994. Ainda que não sejam estes detalhados aqui, é ilustrativo descrever o cenário mundial à época, para que possa ser entendido o contexto histórico no qual se deu a transformação do SADCC na SADC, em 1992.

Wallerstein (2004) explica o período pós-guerra através dos ciclos de *Kondratieff*. A fase A do ciclo seria o período de 1945 a 1973, marcada por uma curva ascendente de expansão econômica; já a fase B, caracterizada pela curva descendente de contração econômica compreenderia o período de 1973 até os dias de hoje e as próximas décadas. Tal qual já observado em ciclos anteriores ao atual, a fase A coincidiu com o ápice da hegemonia norte-americana ao assumir, em 1945, a situação de potência não devastada pela II Guerra Mundial. Entretanto, a partir de 1968 a estagnação começa a sinalizar através do deslocamento do capital da esfera produtiva para a financeira, o aumento do desemprego e a fuga das fábricas para áreas com salários mais baixos.

A década de 1970 é marcada pelo aumento do preço do petróleo pelos países produtores que, juntamente com Estados Unidos e Alemanha, lucraram com os juros abusivos cobrados pela concessão de crédito aos países mais pobres. Já a década de 1980 foi marcada

pela crise da dívida, pelo crescimento econômico oriental e pelo keynesianismo militar<sup>17</sup> que deu origem à dívida nacional estadunidense. No caso da década de 1990, vale destacar a invasão de tropas iraquianas ao Kuwait, com a finalidade de controlar suas reservas de petróleo, uma afronta direta ao poder de polícia da potência hegemônica.

Desta forma, Wallerstein (2004) analisa o período como característico de saída da fase B de um ciclo para entrada na fase A do novo ciclo. No entanto, o equilíbrio nunca é restaurado no mesmo ponto, pois é dinâmico e possui tendências seculares. Existem três grandes pressões estruturais sobre a capacidade dos capitalistas acumular capital: a) aumento do nível salarial como percentagem dos custos de produção; b) custo da aquisição de materiais; c) tributação. Ou seja, ainda que o período entre os ciclos não possa ser indefinido, é essa conjuntura de incertezas que ainda deve marcar as próximas décadas.

Com o fim da guerra fria entre as potências capitalista e comunista, a disputa pela atenção, apoio e território no continente africano perdeu destaque frente a eventos como a queda do Muro de Berlim e reunificação da Alemanha. Os investimentos dos EUA e também dos países europeus passaram a ser voltados para a estabilização alemã, buscando sustentar sua evolução para um regime democrático. Ao mesmo tempo, o interesse comunista em competir com o capitalismo deixava de existir no que diz respeito ao financiamento de regimes africanos, o que criou sérias dificuldades à manutenção econômica do SADCC.

Por outro lado, com o fim do patrocínio externo das forças militares envolvidas nos diversos conflitos internos dos países africanos, foi viabilizada a negociação para o estabelecimento de regimes democráticos, como no caso sul-africano, que viu o fim do subsídio norte-americano ao regime segregacionista e abriu caminho para que lideranças como Frederik De Klerk e Nelson Mandela preparassem a população para o fim do *apartheid*. Desta forma, não tardaram os dirigentes do SADCC a vislumbrar a necessidade de adequar aos novos tempos seus objetivos, dentre eles a inclusão da África do Sul, país com a possibilidade de ajudar a todos os demais, visto suas características de potência econômica, ainda que periférica:

A África do Sul é claramente distinta do restante da África subsaariana. Apresenta um nível bem mais alto de industrialização, uma economia mais diversificada e exerce papel mais significativo na economia global do que os demais países do continente. Não se enquadra nem como economia dependente, de baixos salários, nem como emergente, altamente qualificada e competitiva. (CASTELLS, 1999, p.148).

---

<sup>17</sup> Keynesianismo militar é como ficou conhecida a política do presidente norte-americano Ronald Reagan de aumentar o gasto militar com vistas ao aumento da demanda efetiva.

Assim, em agosto de 1992 na Namíbia, os agora dez países membros com a entrada deste, assinam o Tratado que altera a denominação e, mais importante, a finalidade da antes Conferência de Coordenação e agora Comunidade para o Desenvolvimento<sup>18</sup>. Ainda que possa parecer apenas uma mudança de nomenclatura, a grande inovação que surge com o nascimento da SADC é a ideia de formação de um mercado comum entre os países da África Austral.

### 3.2 Características da SADC

Embora não seja foco deste trabalho uma descrição histórica detalhada, seria leviano apenas explicar o papel da entrada da África do Sul na Comunidade sem antes ao menos mencionar as características que o formam. Para tanto, não será feita uma comparação direta entre os objetivos iniciais do SADCC de 1980 com aqueles firmados no Tratado de 1992, mas sim dado merecido destaque ao Capítulo Três do Tratado da SADC, que trata dos “Princípios, Objetivos e Compromissos Gerais” assumidos por seus países-membros.

O Artigo 4º da *Declaration and Treaty of SADC*<sup>19</sup> Tratado do SADC estabelece os princípios que devem regê-la, bem como a seus Estados-Membros, a saber: a) a igualdade soberana de todos os Estados-membros; b) a solidariedade, paz e segurança; c) os direitos humanos, democracia e Estado de Direito; d) equidade, equilíbrio e benefício mútuo; e) solução pacífica de controvérsias. (SADC, 1992).

O Artigo 5º trata dos oito objetivos primordiais que a SADC busca atingir através da união de seus membros:

Os Objetivos da SADC são: a) alcançar o desenvolvimento e o crescimento econômico, aliviar a pobreza, melhorar o padrão e a qualidade de vida dos povos da África Austral e apoiar os socialmente desfavorecidos através da integração regional; b) desenvolver políticas comuns a nível de valores, sistemas e instituições; c) promover e defender paz e segurança; d) promover o desenvolvimento auto-sustentável com base na autoconfiança coletiva e interdependência entre os Estados-Membros; e) alcançar a complementaridade entre programas e estratégias nacionais e regionais; f) promover e maximizar o emprego produtivo e a utilização dos recursos da região; g) atingir a utilização sustentável dos recursos naturais e a efetiva proteção ao meio-ambiente; h) reforçar e consolidar as afinidades e ligações históricas, sociais e culturais entre os povos da região. (SADC, 1992).

<sup>18</sup> Informação disponível em: <<http://www.sadc.int/>>.

<sup>19</sup> Declaração e Tratado da SADC, documento completo disponível em: <<http://www.sadc.int/>>.

Ainda, o mesmo Artigo 5º descreve os dez passos assumidos pelos signatários no sentido de atingir os objetivos elencados anteriormente:

Para atingir os objetivos mencionados, os países pertencentes à SADC deverão: a) harmonizar planos e programas a nível político e sócio-econômico dos Estados-Membros; b) incentivar uma maior participação popular e das instituições nas iniciativas de desenvolvimento econômico, cultural e social na região, bem como na implementação dos projetos e programas da SADC; c) criar instituições e mecanismos apropriados para a mobilização dos recursos necessários para a execução de programas e operações da SADC e suas instituições; d) desenvolver políticas que visem eliminação progressiva dos obstáculos à livre circulação de capitais, trabalho, bens, serviços e pessoas dentre os Estados-membros; e) promover o desenvolvimento dos recursos humanos; f) promover o desenvolvimento, transferência e domínio tecnológico; g) melhorar a gestão e performance econômica através da cooperação regional; h) promover a coordenação e harmonização das relações internacionais dos Estados-membros; i) garantir a compreensão, cooperação, apoio e mobilização internacional de maneira a atrair recursos tanto públicos quanto privados à região; j) desenvolver outras atividades que os Estados-membros possam decidir com a finalidade de atingir os objetivos do presente Tratado. (SADC, 1992).

O Artigo 6º traz os compromissos assumidos para possibilitar o cumprimento dos objetivos a que se propõe o Tratado da SADC:

São Compromissos Gerais: 1) os Estados-membros comprometem-se a adotar as medidas adequadas para promover a realização dos objetivos da SADC, devendo abster-se de tomar qualquer medida passível de comprometimento da sustentabilidade de seus princípios, realização de seus objetivos e aplicação das disposições do presente Tratado; 2) SADC e seus Estados não devem discriminar qualquer pessoa em razão do sexo, religião, opinião política, raça etnia, cultura ou deficiência; 3) SADC não pode discriminar qualquer Estado-membro; 4) os Estados-membros tomarão as medidas necessárias para assegurar a aplicação uniforme do presente Tratado; 5) os Estados-membros tomarão todas as medidas necessárias para assegurar a este Tratado a força da lei nacional; 6) os Estados-membros devem cooperar e ajudar as instituições da SADC no desempenho de suas funções. (SADC, 1992).

Os demais artigos do Tratado da SADC versam sobre aspectos formais de sua execução. Desta forma, resta observar que tanto os princípios, quanto os objetivos e compromissos assumidos pelos países signatários do Tratado são bastante ambiciosos, tanto a nível regional quanto internacional.

### **3.3 A entrada da África do Sul na SADC**

Como já mencionado anteriormente, a África do Sul difere dos demais países da África Subsaariana, podendo ser considerada como uma potência dentro da periferia,

considerando uma análise regional. A tabela 2 mostra um comparativo entre os países membros da SADC e a África do Sul, quando da assinatura do Tratado, em 1992<sup>20</sup>:

Tabela 2: Comparativo entre países membros da SADC e RAS em 1992

País	Área (km2)	População (milhões)	Densidade Pop/área	PNB milhões USD	PNB pc USD	Taxa Cresc (%)	Taxa Alfab (%)
África do Sul	1.220.088	39.794	29	106.190	2.668	0,9	70
Angola	1.246.700	9.732	7	6.000 (1)	617	0,0	42
Botsuana	581.730	1.360	2	3.797	2.792	5,8	74
Lesotho	30.355	1.860	55	1.090	586	0,0	78
Malawi	118.484	9.085	65	1.896	209	0,1	47
Moçambique	801.590	16.565	19	1.034	62	(3,6)	33
Namíbia	824.268	1.529	2	2.502	1.636	(1,5)	40
Swazilândia	17.365	860	42	930	1.081	3,1	72
Tanzânia	945.087	25.965	26	2.561	99	(1,1)	65
Zâmbia	752.614	8.589	10	2.580	300	(2,9)	73
Zimbábue	390.579	10.352	25	5.896	570	0,2	67
<b>Total/média</b>	<b>6.929.040</b>	<b>125.691</b>	<b>55</b>	<b>134.476</b>	<b>1.070</b>		

Fonte: Esterhuysen, 1994, p.14 apud Pereira, 1995, p.54.

Como se pode observar na tabela 2, a África do Sul, já na época da assinatura do Tratado era um gigante dentre seus vizinhos e, ainda que seja considerado país de terceiro mundo, com as carências existentes dentro dos países em situação de desenvolvimento, comparativamente com os países membros da SADC em 1992, sua posição era bastante favorável. Com exceção de Botsuana, que possuía à época um PNB per capita ligeiramente superior à RAS (ainda que sua população fosse muito menor e, portanto, o PNB total não tivesse grande expressão), todos os demais países membros da SADC tinham índices de renda muito inferiores.

Dentre os países membros da SADC em 1992, os casos mais preocupantes podem ser considerados os de Moçambique e Tanzânia, ambos com PNB per capita inferior a USD 100 e com taxa de crescimento negativa, além de uma grande população vivendo em situação de pobreza extrema.

Ainda, mantendo o critério de comparação dos países membros da SADC em 1992 e a República da África do Sul, podemos fazer uma análise do Produto Nacional Bruto (PNB) através da tabela 3.

<sup>20</sup> Para as Tabelas nº 2, 3 e 4, foi considerado o ano de 1992 para compor o panorama dos países exatamente no ano do Tratado da SADC.



Tabela 3: Comparativo Produto Nacional Bruto em 1992

País, Bloco ou Região	PNB (mil milhões USD)	% do total do PNB	
		africano	africano sem RAS
SADC sem África do Sul	28.286	10%	16%
África do Sul	106.190	38%	61%
SADC com África do Sul	134.476	48%	72%
Restante do continente africano	144.524	52%	83%
Continente africano sem África do Sul	17.981	62%	--
<b>Total da África Subsaariana</b>	<b>279.000</b>		<b>--</b>

Fonte: Esterhuysen, 1994, p.14. apud Pereira, 1995, p. 85.

A tabela 3 evidencia a importância da África do Sul para o continente como um todo, não apenas para a SADC. Considerando que somente a RAS representava já naquele ano 38% do total do PIB de todo o continente africano. Entretanto, ainda que a entrada da RAS na SADC represente uma grande conquista para a inserção da Comunidade no cenário internacional, é importante frisar que vista de fora do continente africano, a África do Sul é apenas mais um país em desenvolvimento com riquezas naturais como tantos outros. A tabela 4 faz um comparativo entre o PNB da África do Sul, dos países membros da SADC e alguns países europeus e ilustra o abismo já existente entre eles em 1992.

Tabela 4: PNB da África Austral comparado com outros países e mundo em 1992

País, bloco ou região	PNB (MM USD)	% do total mundial
Países da SADC	28.286	0,14
África do Sul	106.190	0,53
SADC + África do Sul	134.476	0,67
Portugal	95.300	0,48
Espanha	578.000	2,89
Holanda	304.500	1,52
Bélgica	221.600	1,11
Inglaterra	1.047.500	5,24
Alemanha	1.975.500	9,89
<b>Total Mundial</b>	<b>1.998.540</b>	<b>100</b>

Fonte: Esterhuysen, 1994; Eurostar, 1993 (SEC – Contas Nacionais) apud Pereira, 1995.

Através da tabela 4 pode-se verificar que o PNB da África do Sul é expressivo sob a ótica dos outros países do continente africano. Dentre os países comparados, apenas Portugal possui PNB inferior ao da África do Sul, fato este que pode ser justificado a partir de sua população, que é cerca de cinco vezes menor que a sul-africana, conforme demonstrado a seguir na tabela 5.

Ainda que seja importante efetuar o comparativo entre os países em 1992, ano da Assinatura do Tratado da SADC, é também ilustrativo trazer dados mais recentes em relação

aos mesmos países e bloco, incluindo desta vez também o Brasil. A tabela 5 apresenta dados relativos a 2008, de acordo com informações do Banco Mundial.

Tabela 5: Comparativo entre indicadores da África do Sul e outros países em 2008

País	População (milhões)	Crescimento populacional (% anual)	Expectativa de vida ao nascer (anos)	Taxa mortalidade infantil [- de 5 anos (por 1.000)]	PIB (ano corrente em bilhões de US\$)	PIB (crescimento anual em %)	Inflação, PIB (deflator anual em %)
Alemanha	82.110	(0,2)	80	4	3.649.490	1,3	1,5
Bélgica	10.710	0,8	80	5	504.210	1,1	1,7
Espanha	45.560	1,5	81	4	1.604.230	1,2	3,0
Holanda	16.450	0,4	80	5	871.000	2,1	2,7
Portugal	10.620	0,1	79	4	243.500	0,0	1,9
Reino Unido	61.410	0,7	80	6	2.674.060	0,7	2,3
Brasil	191.970	1,0	72	22	1.575.150	5,1	5,9
África do Sul	48.690	1,7	51	67	276.450	3,1	10,8
África Subsaariana	819.290	2,5	52	144	978.060	5,1	10,8
<b>Total Mundial</b>	<b>6.697.250</b>	<b>1,2</b>	<b>69</b>	<b>67</b>	<b>60.557.010</b>	<b>1,7</b>	<b>8,4</b>

Fonte: elaboração da autora, a partir de dados do site do Banco Mundial.

A partir da observação da tabela 5, pode-se constatar que ainda em 2008 o PNB da África do Sul permanece inexpressivo perante outros países, com exceção de Portugal, o que é plenamente justificável pela diferença populacional entre ambos. Cabe ressaltar também a taxa de mortalidade infantil tanto da RAS quanto da África Subsaariana como um todo, que é muito superior aos demais.

Obviamente que tais números não são ao acaso: a história do país, como já descrito no capítulo anterior foi marcada pela pilhagem de suas riquezas naturais por parte dos ingleses e holandeses desde sua colonização. Sua população foi castigada por uma legislação que imposta pela minoria dominante que segregava negros de brancos. E, por fim, na tentativa de dismantelar o regime existente, a comunidade internacional, por meio da ONU, impôs diversas sanções em todas as áreas possíveis e, embora tenha tido sucesso na queda do *apartheid*, gerou gravíssimas consequências econômicas.

Pode-se concluir, a partir do exposto anteriormente, que a situação da África do Sul em 1992 seria no mínimo caótica, considerando a saída de investimento estrangeiro do país, incontáveis sanções comerciais, econômicas e até mesmo culturais as quais o país foi submetido, bem como diversos conflitos internos dentre diferentes movimentos de oposição ao regime. Entretanto, resta a dúvida em relação ao motivo da entrada deste país tão deficitário econômica e socialmente ser ainda assim importante para a SADC. É este o assunto que se pretende explorar a seguir.

Ainda que com incontáveis problemas de ordem financeira e social, a RAS possui uma economia que a coloca como potência diante dos membros signatários da SADC, dados os

problemas, carências e misérias destes. E, assim sendo, é do interesse de ambas as partes sua adesão à SADC. Pereira (1995, p.94) elenca cinco fatores principais para o interesse por parte da SADC: a) a RAS funcionaria como pólo de crescimento, estendendo aos demais países os efeitos positivos na procura de produto por parte de outros países; b) a RAS poderia garantir um clima de paz e estabilidade, firmando-se regionalmente como potência militar; c) a partir da adesão sul-africana ao SADC, a dependência de alguns países perderia magnitude; d) a presença da RAS traria maior segurança e confiança para possíveis investidores; e) a RAS, enquanto economia com características de potência daria a toda a organização maior peso econômico e político no cenário mundial.

Por outro lado, Pereira (1995, p 95) também verifica a contrapartida, ou seja, os interesses sul-africanos em participar da SADC. Seriam os principais: a) aumento de mercado para seus produtos, ainda que com baixo poder aquisitivo, tratava-se de 120 milhões de pessoas; b) possibilidade de aumentar o investimento estrangeiro em seu território, com o objetivo de servir o mercado da SADC; c) melhores condições de segurança e estabilidade, que facilitariam seus planos de firmar-se enquanto potência regional.

Entretanto, ainda que a entrada da África do Sul pudesse trazer vantagens para a SADC como um todo, as consequências para aqueles dez outros países podem ser nefastas. Se inicialmente a ideia era que a RAS fizesse parte do bloco em igualdade de condições, direitos e deveres dos demais, o resultado pode ser muito diferente. Ao invés de trazer o desenvolvimento regional de forma igualitária, a entrada da África do Sul na SADC pode trazer vantagens somente para ela, empobrecendo ainda mais os demais membros do bloco e tornando-os ainda mais economicamente dependentes, o que vai de encontro aos objetivos iniciais do próprio SADCC, ainda em 1980.

Os efeitos negativos para a região como um todo são descritos por Pereira (1995): a) a RAS poderia se tornar o principal local de captação de Investimento Estrangeiro devido à sua capacidade superior em relação aos demais no que diz respeito a: produtividade, poder econômico de mercado, transporte, segurança, regime agora democrático, classe empresarial dinâmica e economia capitalista; b) acentuação da dependência econômica dos demais países em relação à RAS devido à diminuição de investimento naqueles países nos setores que já seriam supridos pela própria RAS; c) fuga de capital financeiro e intelectual dos países membros em busca de melhores condições na RAS; d) acentuação das disparidades econômicas entre os países.

Por outro lado, os demais países não estariam tão inocentemente se candidatando a vítimas da África do Sul ao insistir em sua inclusão na organização da qual fazem parte. Ou

seja, ainda que possa haver desvantagens na entrada da RAS, as vantagens devem superá-las sob a ótica da organização. Pereira (1995) elenca sete fatores considerados positivos e que, portanto, justificariam a inserção da RAS: a) aproveitamento dos benefícios dos mercados sul-africanos para os demais (efeito *spill-over*); b) possibilidade de capitalização dos mercados e melhor uso das capacidades; c) retorno dos recursos humanos que estão em outros países para relançar suas indústrias; d) aproveitamento dos recursos humanos emigrantes; e) efeitos positivos da estabilidade e segurança a serem proporcionados pela RAS; f) apoio solidário da RAS em relação às dificuldades econômicas por ela mesma geradas nos demais países da região; g) absorção de boa parte do investimento externo atraído pela RAS.

Desta forma, se por um lado a inserção da África do Sul na SADC mantém a dependência dos demais membros em relação a ela, por outro lado também causa um estreitamento nas relações e que pode, por fim, aumentar a integração e trazer vantagens para todos. Ainda que existam muitas arestas a serem aparadas, parece ser possível a integração destes países. Para tanto, faz-se necessária a criação de políticas comuns a todos, com aplicabilidade responsável visando o bem estar coletivo.

### **3.4 Comparativo entre Bloco Sul (SADC) e Norte (ECOWAS)**

Ainda que o foco desse capítulo seja a África do Sul e sua relação com os demais países membros da SADC, é ilustrativo fazer um comparativo entre este bloco e aquele formado pelos países da África Ocidental. A *Economic Community of West African States* (ECOWAS)<sup>21</sup> tem sua formação datada de 28 de maio de 1975 e engloba atualmente dezesseis países da África Ocidental, a saber: Benin, Burkina Faso, Cabo Verde, Costa do Marfim, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné Bissau, Libéria, Mali, Mauritânia, Níger, Nigéria, Senegal, Serra Leoa e Togo.

Da mesma maneira que a SADC busca a união entre seus países membros em prol do desenvolvimento coletivo, a ECOWAS objetiva promover a integração econômica em diversos campos, tais como: indústria, transporte, telecomunicações, energia, agricultura, recursos naturais, comércio, assuntos financeiros e monetários e questões sociais e culturais (PENNA FILHO, 2000).

---

<sup>21</sup> Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental. Disponível em <<http://www.ecowas.int/>>.

Entretanto, assim como a SADC, a ECOWAS enfrenta graves problemas para o seu funcionamento. Não se pretende aqui contar a história dessa outra Comunidade, mas considerando o que já foi apresentado sobre a situação econômica do SADC, um comparativo entre as duas Comunidades deve ser eficaz para fornecer um breve panorama da situação do continente africano como um todo.

A tabela 6 apresenta o panorama de índices econômicos básicos dos países membros da SADC no ano de 1999:

Tabela 6: Indicativos dos países membros da SADC em 1999

País Integrante	Área (km <sup>2</sup> )	População (milhões de hab)	PIB (bilhões de US\$)	Crescimento anual do PIB
Angola	1.246.700	12.000	6.721	(0,9)
África do Sul	1.220.088	44.300	126.301	1,2
Botsuana	581.730	1.600	4.936	4,1
Lesoto	30.355	2.200	889	6,7
Malawi	118.484	10.400	2.204	2,6
Maurício	2.045	1.200	4.292	5,0
Moçambique	801.590	18.700	1.714	7,1
Namíbia	824.268	1.700	3.230	4,1
Rep. Dem. Congo	2.344.885	49.200	6.904	(6,6)
Seichelles	455	77	515	1,1
Suazilândia	17.365	931	1.042	2,9
Tanzânia	945.087	32.200	5.838	3,5
Zâmbia	752.614	8.700	3.388	(1,1)
Zimbábue	390.579	11.900	7.550	1,3
<b>Total</b>	<b>9.273.245</b>	<b>195.108</b>	<b>175.524</b>	

Fontes: Almanaque Abril, 1999, Relatório do Banco Mundial apud Penna Filho, 2000.

Observa-se na tabela 6 que, a não ser pelos casos de Maurício e Seichelles (considerados exceções dentro do continente, por terem IDH considerado alto que, embora o PIB per capita seja superior da RAS, o PIB total é diminuto), a RAS mantém sua situação de potência regional no continente, dado o valor de seu PIB, superior a todos os demais, ainda que somados. Por outro lado, vale ressaltar que o índice de crescimento anual do PIB da África do Sul caracterizava-se em 1999 por ser um dos menores dentre os países membros da SADC, destacando-se como maior o crescimento do PIB do Moçambique, que no entanto evidencia uma das situações de menor PIB per capita de todo o bloco.

Na tabela 7 é apresentado o panorama dos mesmos índices, desta vez relativos aos dezesseis países membros do bloco do Norte, a ECOWAS.

Tabela 7: Indicativos dos países membros da ECOWAS em 1999

País Integrante	Área (km <sup>2</sup> )	População (milhões de hab)	PIB (bilhões de US\$)	Crescimento anual do PIB
Benin	112.622	5.900	2.210	4,4
Burkina Faso	274.200	11.400	2.538	2,8
Cabo Verde	4.033	417	425	4,7
Costa do Marfim	322.463	14.600	10.688	2,4
Gâmbia	11.295	1.200	363	2,6
Gana	238.538	18.900	6.344	4,4
Guiné	245.857	7.700	3.934	3,9
Guiné Bissau	36.125	1.100	271	3,5
Libéria	111.369	2.700	973	0,0
Mali	1.240.142	11.800	2.660	2,8
Mauritânia	1.030.700	2.500	1.094	4,1
Níger	1.186.408	10.100	1.987	1,0
Nigéria	923.768	121.800	31.995	2,6
Senegal	196.722	9.000	5.155	1,8
Serra Leoa	71.740	4.600	940	(3,3)
Togo	56.785	4.400	1.420	(0,6)
<b>Total</b>	<b>6.062.767</b>	<b>228.117</b>	<b>72.997</b>	

Fontes: Almanaque Abril 1999, Relatório do Banco Mundial, apud Penna Filho, 2000.

A tabela 7 mostra que os países da ECOWAS encontravam-se em 1999 numa situação ainda mais precária do que os países da SADC no mesmo ano. Ao comparar os blocos percebe-se que, ainda que a população dos países membros da SADC fosse cerca de 17% menor que a dos países membros da ECOWAS, o PIB total desta última representava pouco mais de 40% do PIB da SADC.

Novamente aqui se faz interessante a atualização dos dados relativos às duas Comunidades. Sendo assim, as tabelas 8 e 9 apresentam dados relativos à SADC e também ECOWAS, desta vez tendo como base o ano de 2008, de acordo com dados do Banco Mundial. Sendo assim, a Tabela 8 já traz o SADC com sua formação atual.

Tabela 8: Indicativos dos países membros da SADC em 2008

País	População (milhões)	Crescimento populacional (% anual)	Expectativa de vida ao nascer (anos)	Taxa mortalidade infantil [- de 5 anos (por 1,000)]	PIB (ano corrente em bilhões de US\$)	PIB (crescimento anual em %)	Inflação, PIB (deflator anual em %)
África do Sul	48.690	1,7	51	67	276.450	3,1	10,8
Angola	18.020	2,6	47	220	8.940	13,2	23,9
Botswana	1.920	1,5	54	31	13.410	2,9	17,0
Congo	64.260	2,7	48	199	11.670	6,2	19,4
Lesotho	2.050	0,9	45	79	1.620	3,9	9,6
Madagascar	19.110	2,7	60	106	9.460	7,3	9,5
Malawi	14.850	2,8	53	100	4.270	9,7	8,9
Maurício	1.270	0,6	73	17	9.320	4,5	7,6
Moçambique	22.380	2,3	48	130	9.850	6,8	7,7
Namíbia	2.130	2,0	61	42	8.840	2,9	13,7
Swazilândia	1.170	1,4	46	83	2.840	2,4	10,1
Tanzânia	42.480	2,9	56	104	20.490	7,5	8,9
Zâmbia	12.620	2,5	45	148	14.310	6,0	10,8
Zimbábue	12.460	0,1	44	96	..	..	..
<b>Total/média</b>	<b>263.410</b>	<b>1,9</b>	<b>52</b>	<b>102</b>			

Fonte: Elaboração da autora, a partir de dados do site do Banco Mundial.

Muito embora grande parte do crescimento econômico da África do Sul seja devido aos investimentos relativos à infraestrutura para realização da Copa 2010, o que mais que dobrou seu PIB de 2008 em comparação a 1999, outros países também apresentaram mudança significativa. É o caso de Botswana, Maurício, Namíbia e Zâmbia que, embora possuam PIB relativamente pequeno, este apresentou melhoria percentual expressiva.

Por sua vez, a tabela 9 traz indicativos dos países membros da ECOWAS, a partir dos dados do Banco Mundial, relativos ao ano de 2008.

Tabela 9: Indicativos dos países membros da ECOWAS em 2008

País	População (milhões)	Crescimento populacional (% anual)	Expectativa de vida ao nascer (anos)	Taxa mortalidade infantil [- de 5 anos (por 1,000)]	PIB (ano corrente em bilhões de US\$)	PIB (crescimento anual em %)	Inflação, PIB (deflator anual em %)
Benin	8.660	3,2	61	121	6.680	5,1	7,1
Burkina Faso	15.230	3,4	53	169	7.950	4,5	5,1
Cabo Verde	500	1,4	71	29	1.590	2,8	6,5
Costa do Marfim	20.590	2,3	57	114	23.410	2,2	8,1
Gâmbia	1.660	2,7	56	106	810	5,9	5,0
Gana	23.350	2,1	57	76	16.650	7,3	16,9
Guiné	9.830	2,2	58	146	3.800	4,7	14,9
Guiné Bissau	1.580	2,2	48	195	430	3,3	8,9
Libéria	3.790	4,5	58	145	840	7,1	10,4
Mali	12.710	2,4	48	194	8.740	5,0	13,6
Mauritânia	3.220	2,4	57	118	2.860	..	..
Niger	14.700	3,9	51	167	5.350	9,5	7,6
Nigéria	151.210	2,3	48	186	207.120	6,0	11,0
Senegal	12.210	2,6	56	108	13.270	3,3	6,0
Serra Leoa	5.560	2,5	48	194	1.950	5,5	11,2
Togo	6.460	2,5	63	98	2.900	1,1	7,2
<b>Total/média</b>	<b>291.260</b>	<b>2,7</b>	<b>56</b>	<b>135</b>	<b>304.350</b>		

Fonte: Elaboração da autora, a partir de dados do site do Banco Mundial.

A partir de uma análise da situação dos dois blocos, é possível afirmar que a ECOWAS evoluiu proporcionalmente mais que a SADC entre os anos de 1999 e 2008. Embora o PIB dos países membros da SADC tenha tido um grande aumento (desconsiderando o Zimbábue, cujos dados não estavam disponíveis para consulta no site do Banco Mundial), tal fato deve-se principalmente aos investimentos obtidos pela RAS dada a realização da Copa 2010 em seu território. Entretanto, o crescimento do PIB dos países membros da ECOWAS, que em 1999 era de U\$D 72.997 bilhões, em 2008 registrou um total de U\$D 304.350 bilhões, o que representa 416% do PIB registrado em 1999.

Ou seja, considerando o ritmo de crescimento no período analisado, é bastante possível que, mesmo sem a presença da potência regional integrando o bloco do Norte, a ECOWAS supere proporcionalmente o crescimento da SADC já nos próximos anos.

### **3.5 Pacto da SADC pela erradicação da pobreza**

Dado o fato de que a pobreza é regra, e não exceção no território africano, representantes dos quatorze países membros do SADC reuniram-se na cidade de Pailles, Maurício e, em 20 de abril de 2008, assinaram a “Declaração da SADC sobre a Erradicação da Pobreza e o Desenvolvimento Sustentável”.

Neste documento, são reafirmados os principais objetivos da SADC, quais sejam: a) promover um crescimento econômico e desenvolvimento socioeconômico sustentáveis que garantam o alívio da pobreza com o objetivo último da sua erradicação; b) melhorar os padrões e a qualidade de vida da população da SADC e apoiar os socialmente desfavorecidos através da integração regional; c) incluir a perspectiva do gênero no processo de construção nacional e comunitária (SADC, 2008).

Ainda, é reconhecido neste documento que cerca de 45% da população da SADC vive em estado de pobreza extrema ocasionada especialmente por subdesenvolvimento, deficiência nas estruturas econômicas, falta de capital e aptidões adequadas, bem como a marginalização em relação à economia mundial. Tais fatores comprometem o sucesso de todo o continente no sentido de atingir os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio acordados entre os Estados-Membros das Nações Unidas.

No mesmo documento, compromissos diversos para com o combate e erradicação da pobreza são reafirmados e, por fim, são declaradas as onze áreas prioritárias, a saber: a) Assegurar a Paz, a Segurança e Democracia; b) Acelerar a liberalização do comércio e o desenvolvimento; c) Acelerar o Desenvolvimento de Infraestruturas para a Integração Regional, a Erradicação da Pobreza e o Desenvolvimento; d) Garantir a Segurança Alimentar, a Gestão dos Recursos Naturais e o Ambiente Sustentável; e) Melhorar o Desenvolvimento Humano e Social; f) Assegurar a Igualdade do Gênero e Desenvolvimento; g) Intensificar o Combate contra o HIV e SIDA; h) Dominar a Ciência, Inovação e Tecnologia; i) Promover e Reforçar a Parceria com o Setor Privado; j) Reforçar os Mecanismos Institucionais e a Monitorização e Avaliação; k) Intensificar a Mobilização de Recursos. (SADC, 2008).

Entretanto, por melhor que pareça a ideia e por mais que se esforcem os países signatários, já será deveras difícil a tarefa de conseguir tal feito ainda que contando com o apoio e suporte internacional, dado o abismo que se encontram. Para que haja sucesso é necessário incluir o continente africano como um todo no mapa do século XXI, através de ações internacionais que de forma construtiva forneçam suporte para que no futuro o



continente africano deixe para trás o rótulo de “caso perdido” e caminhe rumo à prosperidade. Antes que sejam tomadas atitudes de fato, o estabelecimento de metas para um mercado ou moeda único regional poderá não passar de mero folclore.

O objetivo deste capítulo foi mostrar a situação da RAS dentro da SADC, visto seu destaque enquanto líder natural do bloco econômico. Para tanto, foi também realizado um comparativo dos países membros da SADC com o outro bloco, este formado pelos países do norte do continente, denominada ECOWAS. Através de uma breve análise dos dados expostos nas tabelas foi possível afirmar que o continente africano como um todo passa por graves problemas. Ainda que tenha havido avanço no sentido de quedas de regimes autoritários, independência de países antes subjugados por outros e formação de blocos no intuito de fortalecer economicamente o continente, este ainda amarga as consequências de ter sido esquecido pelo resto do mundo por muitas décadas. Assim, ainda que tenha havido melhoria, o continente como um todo ainda apenas engatinha rumo ao desenvolvimento esperado para o século XXI.

## 4 A RELAÇÃO ENTRE ÁFRICA DO SUL E BRASIL

1. Globalização é um processo complexo, não um estágio final ou uma nova ordem; 2. Globalização é um processo contraditório, não uma força inflexível ou uma força unidirecional; 3. Globalização se desenvolverá de maneira desigual; 4. O processo da globalização, como outro qualquer, não flutua no ar, mas se realiza em institucionalizações específicas, histórica e geograficamente localizados; 5. Globalização implica mudanças tanto qualitativas como quantitativas, no sentido que há mudanças no relacionamento entre escalas, estruturas sociais e agentes; 6. Globalização envolve a complexa difusão, rearticulação e reconstituição das relações de poder, não apenas um jogo de soma zero entre as nações e as empresas transnacionais. (DICKEN; PECK e TICKELL, 1997).

Ainda que possa parecer estranha a existência de relações comerciais entre países tão geograficamente distantes como Brasil e África do Sul, esta remonta desde o início do século XX, mais precisamente em 1918 com a criação de um Consulado de Carreira na Cidade do Cabo. Entretanto, as relações políticas somente de fato foram estabelecidas a partir de 1947, com a instalação praticamente simultânea de representação diplomática sul-africana no Rio de Janeiro da Legação brasileira em Pretória. Muito embora houvesse interesse mútuo na relação e as formalizações diplomáticas estivessem em andamento, a discordância brasileira em relação às práticas do regime segregacionista sul-africano acabou por esfriar a aproximação comercial entre os dois países. A partir de 1974 o Brasil, vislumbrando melhores relações comerciais com outros países do continente africano, acabou por tomar uma atitude mais enérgica no apoio àqueles países que buscavam sua independência junto à África do Sul, acompanhando as sanções já impostas pela ONU. (PENNA FILHO, 2001).

Somente com a queda do *apartheid*, no início da década de 1990 as relações diplomáticas entre os países foram retomadas, destacando-se como marco a visita do chefe de Estado brasileiro em à RAS em 1996, retribuída pela visita de Nelson Mandela ao Brasil em 1998. Tal formalidade representou um grande passo no avanço das relações do comércio internacional já existente entre os países. Ainda que em 1939 tenha sido assinado o primeiro acordo de comércio entre as partes, no período compreendido entre 1918-1947 suas relações foram limitadas a um comércio irregular e, embora tenham sido registradas algumas iniciativas de aproximação governamental, essas não lograram grandes sucessos. Importante ressaltar o incremento comercial entre os países no período da II Guerra Mundial, quando estavam desestabilizados os canais tradicionais do comércio e diversificando rotas e parceiros de negócios.

Em 1936, o enviado sul-africano à América do Sul, Alwyn Zoutendyk já vislumbrava no Brasil um mercado promissor no que diz respeito ao comércio entre os países. Em seu relatório para o Departamento de Negócios Estrangeiros da União Sul-Africana, fez constar que poderia ser exportado facilmente para o Brasil: carvão, frutas frescas não-tropicais, frutas secas, geleias, brandy, gim, vinhos, tabaco, lagostas e peixe seco. Por outro lado, poderia importar: café, arroz, madeiras, vestuário, seda, papel, vidro e garrafas. Além do leque de oportunidades de comércio, ainda destacou possibilidade de diminuir gastos de frete, dada a distância inferior à de seus atuais parceiros. Ou seja, o relatório de Zoutendyk recomendava o estabelecimento imediato de relações comerciais entre os dois países.

Entretanto, a iniciativa de aproximação política que coube ao Brasil não foi tão simples. Quando inicialmente consultados pelo governo brasileiro em 1938 a resposta foi tão rápida quanto negativa, tanto que somente em 1947 as autoridades sul-africanas passaram a considerar de fato estabelecer relações diplomáticas com a América Latina, incluindo o Brasil. Se por um lado o Brasil tinha grandes interesses comerciais, por outro a União Sul-Africana enxergava na parceria um possível aliado frente às pressões contra sua política racial e sanções impostas pela ONU. Todavia, embora o Brasil tentasse lidar com a União Sul-Africana como mero parceiro comercial, buscando isentar-se de conflitos políticos, houve pressão internacional no sentido de manter o discurso coerente com a prática. Ou seja, assim, como os EUA e diversos países da Europa Ocidental, o Brasil que ao mesmo tempo em que criticava o regime, mantinha vínculos comerciais com o país cuja imagem estava cada vez mais deteriorada perante a comunidade internacional. (PENNA FILHO, 2001).

A cobrança de uma atitude mais enérgica do governo brasileiro vinha de países que este vislumbrava também como futuros parceiros comerciais, especialmente aqueles de língua portuguesa, como no caso de Angola, que foi duramente agredida pela União Sul-Africana. Desta forma, viu-se o Brasil obrigado a restringir ao mínimo possível suas relações com o país, reduzindo suas relações bilaterais e apoiando as sanções impostas pelos países membros da ONU. Em contrapartida, a embaixada sul-africana em Brasília buscava intensificar tais relações e, constatando que não teria sucesso junto ao Itamaraty, passou a negociar diretamente com governos estaduais, empresas privadas e a própria imprensa, o que gerou inúmeros atritos junto ao Ministério das Relações Exteriores. (PENNA FILHO, 2001).

A partir da década de 1990, com a queda do regime racial e o fim das sanções internacionais em relação à África do Sul, poderiam voltar à pauta as negociações entre os dois países. O cenário como um todo parecia bastante positivo para tal, com a independência de diversos países vizinhos e o compromisso sul-africano em trabalhar na sua própria

redemocratização. A visita de Nelson Mandela ao Brasil simbolizava isso. A África do Sul finalmente se abria para o mundo e, dada sua situação em muitos aspectos caótica, é vital que busque apoio e alternativas mundo afora. Na negociação com o Brasil, há grande possibilidade de trocas e parcerias: se por um lado a RAS detém tecnologia de ponta no setor de mineração, por outro o Brasil pode contribuir no campo da saúde pública, visto ser referência mundial no combate à AIDS, doença que castiga a população de todo o continente africano. Entretanto, as possibilidades não param por aí. Ainda que efetivamente recentes, as práticas comerciais entre os dois países permanecem de modo geral bastante limitadas, mas ambos os governos estão trabalhando no sentido de expandi-las. Os itens a seguir buscam mostrar a situação efetiva e as perspectivas dessa relação.

#### 4.1 As particularidades da relação entre Brasil e África do Sul

Ainda que haja uma distância continental entre os dois países, as semelhanças que os unem também são grandes. Se por um lado ambos possuem problemas típicos dos países periféricos quando avaliados no contexto mundial, ambos também detém características de potência, quando avaliados regionalmente. Se por um lado o Brasil desponta como liderança no MERCOSUL, por outro lado a África do Sul o faz junto ao SADC. Muitas são as características positivas em comum entre os dois, como a existência de riquezas naturais em seus territórios, além de razoável nível de industrialização e relativamente recente adoção de regimes políticos democráticos. Porém, os fatores negativos como desigualdade na distribuição de renda, sérios problemas de saneamento, educação e, especialmente no caso sul-africano, saúde pública são problemas cuja resolução ainda está longe nos dois casos.

A tabela 10 traz novamente os dados daquela já apresentada no capítulo 2, mas desta vez com um comparativo entre a República da África do Sul e o Brasil nos anos 2000 e 2008:

Tabela 10: Comparativo dos indicadores da RAS e do Brasil nos anos 2000 e 2008

Indicador	Ano 2000	Ano 2000	Ano 2008	Ano 2008
	RAS	Brasil	RAS	Brasil
População total (milhões)	44,00	174,17	48,69	191,97
Crescimento populacional (% anual)	2,5	1,4	1,7	1,0
Superfície (em milhares de km <sup>2</sup> )	1.219,1	8.514,9	1.219,1	8.514,9
População vivendo abaixo da linha da pobreza nacional (% da pop)	38,0	..	22,0	..
Expectativa de vida ao nascer (anos)	56	70	51	72
Taxa de mortalidade infantil - abaixo de 5 anos (por 1.000)	73	34	67	22
Contaminação com HIV, total (% da população idade 15-49)	15,9	0,6	..	..
PIB (ano corrente em bilhões de US\$)	132,88	644,70	276,45	1.575,15
PIB (crescimento anual em %)	4,2	4,3	3,1	5,1
Inflação, PIB (deflator anual em %)	8,8	6,2	10,8	5,9

Fonte: Elaboração da autora, a partir de dados do site do Banco Mundial.

Ainda que ambos os países sejam considerados potências periféricas dentro de seus continentes, nota-se algumas diferenças nos caminhos tomados por eles no período analisado. No caso do PIB, ambos os países tiveram um crescimento de pouco mais de 100% e, ainda que o Brasil tenha registrado crescimento um pouco maior, foi semelhante. Entretanto, a taxa de crescimento anual brasileira melhorou, ao passo que a sul-africana registrou piora, da mesma forma que o comparativo entre a taxa de inflação, que regrediu no Brasil e aumento na África do Sul. Nota-se também uma diferença bastante grande na questão da saúde pública e qualidade de vida, dados os números nos quesitos expectativa de vida ao nascer e taxa de mortalidade infantil, ambos muito problemáticos na África do Sul.

Importante ressaltar que, embora o crescimento proporcional do PIB no período tenha sido semelhante entre os dois países, este pode ser caracterizado por motivos distintos, dado que no caso brasileiro este é resultado de políticas macroeconômicas enquanto que no caso sul-africano pode ser considerado resultado, ao menos parcialmente, dos investimentos recebidos para realização de evento esportivo em 2010.

A função principal da tabela 10 foi estabelecer um panorama comparativo entre os países e verificar que, embora o Brasil saia com alguma vantagem e tenha alcançado melhorias nos últimos anos, ainda está longe do ideal, como cada cidadão percebe diariamente em diversas situações cotidianas. Dessa forma, cabe averiguar aqui a situação precária na qual se encontra o país considerado a potência regional do continente africano e, por conseguinte, ter uma pequena dimensão da realidade do restante do continente considerado ainda em piores condições que este.

## **4.2 O comércio já existente entre os dois países**

A amplitude do comércio entre Brasil e África do Sul ainda é modesta. Em estudo realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), a relação entre os dois países mostra o Brasil como exportador mais do que importador da RAS. Entretanto, alguns itens, como minerais não-metálicos, gorduras e material de transporte já se mostram expressivos nesta relação. Para fins de ilustração, as duas tabelas a seguir mostram o volume

de comércio entre os países no ano de 2003. A primeira delas mostra as exportações brasileiras para a África do Sul e a segunda as importações sul-africanas para o Brasil. Os itens comercializados estão separados de acordo com a Nomenclatura Comum do MERCOSUL (NCM), que é equivalente ao *Harmonized Commodity Description System*, no qual as mercadorias estão classificadas em 97 capítulos e 21 seções, em graus crescentes de manufatura: matéria-prima básica, produtos não-manufaturados, produtos semiacabados e produtos finais <sup>22</sup>:

Tabela 11: Importância das exportações para a África do Sul nas exportações brasileiras e nas importações da África do Sul, em 2003 (em USD)

Descrição das seções NCM	Exportação brasileira total (a)	Exportação brasileira para RAS (b)	Importação da RAS de todos os países (c)	b/a (em %)	b/c (em %)
Seção I - Animais vivos	4.298.561.861	53.071.816	235.325.685	1,23	22,55
Seção II - Produtos do reino vegetal	6.782.923.660	4.655.348	603.516.532	0,07	0,77
Seção III - Gorduras e óleos	1.338.946.416	50.977.730	256.844.864	3,81	19,85
Seção IV - Produtos alimentares, bebidas e fumo	8.841.469.970	54.133.375	635.746.056	0,61	8,51
Seção V - Produtos minerais	7.848.829.803	27.526.685	4.266.220.448	0,35	0,65
Seção VI - Produtos das indústrias químicas	3.661.086.908	35.686.461	3.376.989.203	0,97	1,06
Seção VII - Plástico e borracha	2.126.945.459	27.877.985	1.308.621.632	1,31	2,13
Seção VIII - Peles, couros e obras desses materiais	1.181.331.566	19.935.930	158.001.159	1,69	12,62
Seção IX - Madeira e suas obras	2.083.046.732	6.651.007	210.762.023	0,32	3,16
Seção X - Papel, cartão, pasta de madeira e celulose	2.869.489.699	23.474.013	632.804.732	0,82	3,71
Seção XI - Matérias têxteis e suas obras	1.656.280.978	5.648.519	1.066.365.189	0,34	0,53
Seção XII - Calçados, guarda-chuva, flores artif e outros	1.625.708.812	5.911.905	289.731.260	0,36	2,04
Seção XIII - Produtos de minerais não-metálicos	1.067.404.792	42.100.184	427.530.240	3,94	9,85
Seção XIV - Pérolas, pedras e mat preciosos e suas obras	562.397.949	745.319	713.132.672	0,13	0,10
Seção XV - Metais comuns e suas obras	7.692.604.437	32.680.604	1.405.861.076	0,42	2,32
Seção XVI - Máquinas, aparelhos, material elétrico	8.784.668.458	115.991.072	9.220.507.136	1,32	1,26
Seção XVII - Material de transporte	8.149.692.384	221.657.353	3.951.823.962	2,72	5,61
Seção XVIII - Inst.ópticos, precisão, musicais, médicos	357.347.636	2.149.826	1.196.717.954	0,60	0,18
Seção XIX - Armas e munições	94.611.860	341.238		0,36	X
Seção XX - Móveis, brinquedos e produtos diversos	826.590.935	1.608.816	452.056.536	0,19	0,36
Seção XXI - Objetos de arte, de coleções e antiguidades	4.848.341			X	X
Transações especiais	1.229.350.862	352.898	28.186.464	0,03	0,01
<b>Total</b>	<b>73.084.139.518</b>	<b>733.178.084</b>	<b>30.436.744.823</b>	<b>1,00</b>	<b>2,18</b>

Fonte: Secex/MDIC no sistema Alice; United Nations Statistics Division, Comtrade apud Zockum, 2005.

A tabela 11 mostra claramente que a África do Sul não foi o principal destino de nenhum dos produtos brasileiros, visto que as importações sul-africanas corresponderam a menos de 1% das exportações totais brasileiras no ano de 2003.

Já a tabela 12 busca ilustrar a representatividade para as importações brasileiras das exportações oriundas da África do Sul.

<sup>22</sup> United Nations Statistics Division, Glossary.

Tabela 12: Importância das Importações da África do Sul nas importações brasileiras e nas exportações da África do Sul, em 2003 (em US\$)

Descrição das seções NCM	Importação brasileira total (a)	Importação brasileira da RAS (b)	Exportação da RAS para todos os países (c)	b/a (em %)	b/c (em %)
Seção I - Animais vivos	434.385.519	1.075.888	493.177.586	0,25	0,22
Seção II - Produtos do reino vegetal	2.229.896.685	2.673.543	1.262.209.911	0,12	0,21
Seção III - Gorduras e óleos	154.681.048	31.631	38.759.192	0,02	0,08
Seção IV - Produtos alimentares, bebidas e fumo	683.462.408	1.811.607	1.422.445.660	0,27	0,13
Seção V - Produtos minerais	8.009.524.424	44.037.343	4.387.615.584	0,55	1,00
Seção VI - Produtos das indústrias químicas	9.175.554.520	46.517.430	2.042.118.285	0,51	2,28
Seção VII - Plástico e borracha	2.789.198.951	1.775.334	661.213.280	0,06	0,27
Seção VIII - Peles, couros e obras desses materiais	179.199.836	65.785	185.204.202	0,04	0,04
Seção IX - Madeira e suas obras	63.916.634	329.434	434.425.014	0,52	0,08
Seção X - Papel, cartão, pasta de madeira e celulose	649.535.193	5.114.462	876.327.860	0,79	0,58
Seção XI - Matérias têxteis e suas obras	1.061.712.000	8.523.848	792.971.831	0,80	1,07
Seção XII - Calçados, guarda-chuva, flores artif e outros	68.654.905	47.910	35.162.537	0,07	0,14
Seção XIII - Produtos de minerais não-metálicos	368.315.435	1.505.740	216.928.444	0,41	0,69
Seção XIV - Pérolas, pedras e mat preciosos e suas obras	140.677.826	19.078.293	5.171.252.736	13,56	0,37
Seção XV - Metais comuns e suas obras	2.307.870.825	48.505.047	5.633.013.365	2,10	0,86
Seção XVI - Máquinas, aparelhos, material elétrico	14.559.326.143	16.521.501	3.150.002.049	0,11	0,52
Seção XVII - Material de transporte	3.264.529.002	3.624.043	3.269.185.264	0,11	0,11
Seção XVIII - Inst.óticos, precisão, musicais, médicos	1.887.373.877	487.689	207.445.687	0,03	0,24
Seção XIX - Armas e munições	5.586.247	456.907		8,18	
Seção XX - Móveis, brinquedos e produtos diversos	245.770.543	19.043	592.541.419	0,01	0,00
Seção XXI - Objetos de arte, de coleções e antiguidades	3.539.446	685	21.297.940	0,02	0,00
Transações especiais			3.917.642		
<b>Total</b>	<b>48.282.711.467</b>	<b>202.203.163</b>	<b>30.897.215.488</b>	<b>0,42</b>	<b>0,65</b>

Fonte: Secex/MDIC no sistema Alice; United Nations Statistics Division, Comtrade apud Zockum, 2005.

Já no caso da exportação de produtos sul-africanos para o Brasil, a troca é ainda menor. Os produtos comprados da África do Sul representam apenas cerca de 0,42% do total importado pelo Brasil.

Para ZOCKUN (2005) acordo com estudo efetuado pelo IPEA (2005), o Brasil tem potencial para aumentar suas exportações para a RAS no que diz respeito a: produtos cerâmicos, gorduras e óleos, carnes, cacau, calçados e especiarias, dentre outros. Por outro lado, também a África do Sul tem condições de aumentar suas exportações para o Brasil, nos itens: metais comuns, veículos e materiais para via férrea, adubos e fertilizantes, produtos químicos inorgânicos, laticínios, obras de ferro fundido, animais vivos, cobre, produtos de indústria da moagem e instrumentos musicais, dentre outros. Resta haver acordo entre os países nos quesitos necessários para ampliar esse mercado, seja em melhores condições tarifárias ou na abrangência dos itens envolvidos na negociação.

### 4.3 MERCOSUL e SADC: ajuda mútua no eixo Sul-Sul?

Seguindo a tendência contemporânea da formação de blocos econômicos, os países da África Austral e América Latina liderados pela África do Sul e Brasil, respectivamente, passam agora a tentar colher os frutos gerados pela sua organização em grupos como a SADC e o MERCOSUL. Considerando a República da África do Sul como foco deste trabalho, sua relação com a SADC já foi contemplada no capítulo anterior e, considerando a função deste capítulo verificar a relação do país com o Brasil, cabe agora verificá-la no que diz respeito à forma como os dois blocos se relacionam.

Considerando que o SADC já foi devidamente apresentado no capítulo anterior, faz-se necessária aqui uma brevíssima introdução a respeito então do MERCOSUL. O Mercado Comum do Sul surgiu oficialmente com a assinatura em 26 de março de 1991 do chamado Tratado de Assunção, entre Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, além da entrada da Venezuela em 2006. O mesmo tem como objetivo o estabelecimento de um mercado comum entre os países signatários, a partir de 31 de dezembro de 1994<sup>23</sup>. Ou seja, da mesma forma que o SADC representa a união comercial e política dos países da África Austral em prol de um bem comum, o MERCOSUL busca o mesmo objetivo para os signatários da América Latina.

A aproximação inicial entre os dois blocos deu-se pelo interesse no Brasil, por parte de empresas de mineração sul-africanas. A partir da inclusão da RAS, a SADC tornou-se ainda mais atraente para o MERCOSUL, dada sua necessidade de infraestrutura e potencial para negócios futuros. Entretanto, o Brasil pode contribuir muito na integração com outros países africanos além da RAS, especialmente aqueles de língua portuguesa. Para Mourão (1994),

O ensino e o uso da linguagem constituem um dos temas centrais da Diplomacia Cultural, instrumento de política externa e tema que tem sido aproveitado por vários países como a França e a Turquia, ora como forma de resistência ora como meio de preservar ou até aumentar o prestígio internacional.

Buscando estreitar os laços já existentes, em 1998 as embaixadas dos países do MERCOSUL reuniram-se na RAS, com vistas a maior integração comercial e de investimentos entre os países membros dos dois blocos. Ainda que haja semelhança e mesmo competição entre as estruturas produtivas das duas regiões, neste encontro foram defendidos os benefícios que podem surgir de cooperação em pesquisas no sentido de diminuição de custos de produção, melhora na qualidade, beneficiamento de minérios e metais, bem como

---

<sup>23</sup> Informação disponível em <<http://www.mercosul.gov.br>>.



de técnicas de mercado. Para Tahane (apud SANTOS, 1999, p. 203), representante do *Reserve Bank* da África do Sul,

[...] enquanto que o MERCOSUL enfatiza a integração comercial, a SADC privilegia o desenvolvimento econômico, a cooperação e a harmonização de políticas dos países membros, mas é o objetivo último de ambos um maior crescimento econômico e a melhora do nível de vida. Essa comunhão de objetivos, embora não suficiente, é condição necessária à estruturação das relações entre a SADC e o MERCOSUL. Por trás de temas econômicos encontra-se uma consciência de valores como a promoção da paz, ou a defesa do socialismo, ou a superação da pobreza, ou o aprofundamento da democracia.

Ainda que seja prematuro o estabelecimento de uma integração formal e prática entre MERCOSUL e SADC, a pauta em comum entre os dois blocos, seja nos pontos fortes ou nos problemas faz com que isso pareça viável no longo prazo. Embora o MERCOSUL esteja num estágio mais avançado que o SADC em termos de integração e mesmo no que diz respeito à situação dos países membros de cada um dos blocos, a experiência do primeiro pode ajudar o segundo nas questões institucionais, no pragmatismo e na necessidade de medidas concretas, seja nas tarifas ou na manutenção do balanço entre parceiros desiguais. (SANTOS, 1999).

Portanto, pode-se afirmar que o interesse é mútuo dentre os blocos. De um lado o Brasil, como líder do MERCOSUL, desponta como um país de grande importância diplomática, com reconhecimento em todos os continentes, participando ativamente nas discussões dos temas que permeiam o interesse mundial contemporâneo: defesa da democracia, promoção do desenvolvimento sustentável, proteção ambiental, proteção e promoção dos direitos humanos, combate ao narcotráfico e ao crime organizado, compromissos com a não-proliferação de armas de destruição em massa, integração econômica e a universalização de regras não-discriminatórias em matéria de comércio internacional e transferência de tecnologias. (LAMPREIA, 2004).

Por outro lado, a África do Sul, que desponta como líder do SADC, mostra-se estratégica para todo o mundo ocidental: além de ter sua costa como rota para praticamente todos os navios que transportam petróleo, seu território é rico em metais preciosos como ouro e diamantes, além de minerais de suma importância para a indústria, inclusive militar. Ainda que sua história seja permeada por conflitos internos e externos, com a queda do regime segregacionista, suas possibilidades futuras são mais promissoras do que as de qualquer um dos demais países africanos, dada sua capacidade industrial e economia já existente.

Sendo assim, a partir das informações contidas neste capítulo pode-se concluir que, ainda que haja um grande caminho pela frente, e que a negociação entre os blocos ainda estejam apenas no âmbito político e que sua concretização ainda esbarre na excessiva burocracia, há vontade explícita de ambas as partes no sentido de viabilizar a construção e

efetivação de uma parceria, que com certeza deve começar na relação entre as lideranças dos blocos, mas com grandes possibilidades de, tão logo amadurecidas as relações iniciais, serem estendidas ao bloco como um todo, formando de fato uma parceria no eixo Sul-Sul.

## 5 O CAMINHO SUL-AFRICANO RUMO AO SÉCULO XXI

Cabe aqui fazer um brevíssimo resgate histórico a respeito da trajetória sul-africana: da pilhagem realizada por ingleses e holandeses em busca de suas riquezas em ouro e diamante caminhou para o estabelecimento de um regime que, com a desculpa de buscar desenvolvimentos separados, segregou a própria população tendo como parâmetro a cor da pele. Após sofrer inúmeras sanções internacionais e revoltas internas, caiu o regime que deixou inúmeras sequelas, seja de ordem econômica ou social. Por outro lado, ainda que tenha incontáveis problemas internos, como um caos generalizado na saúde pública, figurando na triste liderança de casos de infecção com HIV, a África do Sul desponta como potência regional junto aos países membros do SADC. Embora possa parecer assustador imaginar a situação do continente africano como um todo, dado o fato que um país com o tipo de problema que enfrenta hoje a RAS seja considerado potência regional, as perspectivas para o futuro podem surpreender. Sendo assim, este capítulo pretende analisar o presente e esboçar o que talvez possa vir a ser o futuro sul-africano.

Com a realização das primeiras eleições democráticas em 1994, ainda no âmbito de uma Constituição Provisória, que deram ao ANC uma vitória com 62,5%, elegendo Nelson Mandela como o primeiro presidente negro do país começa um novo tempo na África do Sul. A principal tarefa do novo governo seria a reconstrução do país, acompanhado pelo desenvolvimento necessário a este e também suas instituições, tarefa essa vital para caminhar em busca de melhoria nas condições de vida de sua população há muito negligenciada, especialmente os mais pobres. E, para tanto, seria necessário fazer com que a sociedade agora encontrasse um meio de superar o legado de uma história de divisão, exclusão e abandono.

No intuito de atingir os objetivos propostos, o governo buscou reformas internas, na administração pública, que democratizassem o acesso a todos os cidadãos, independente de raça ou cor. Grandes conquistas foram obtidas desde então: o processo eleitoral de 1994 e os posteriores foram admiravelmente pacíficos e, em 2000 as autoridades municipais tiveram seu primeiro pleito não-racial e democrático. Ainda que houvesse oposição, em 1999 foi eleito presidente o sucessor de Mandela, Thabo Mbeki, também pelo ANC. Em 1995 foi criada a Comissão de Verdade e Reconciliação (CVR) no intuito de amenizar e talvez sanar as desigualdades impostas à época do *apartheid*, assunto que será aprofundado em tópico específico ainda neste capítulo.

Ainda que houvesse vontade política para melhoria na qualidade de vida sul-africana, os desafios mostravam-se imensos e, assim, durante toda a primeira década democrática a

ênfase governamental manteve-se nas promoção de necessidades básicas: habitação, saneamento, segurança, educação e saúde. Por outro lado também havia urgência na resolução de problemas econômicos: criação de emprego, erradicação da pobreza, redução da desigualdade, crescimento global e inserção da RAS no cenário internacional não mais como um país isolado em si mesmo, mas como uma democracia em pleno processo de desenvolvimento (GOVERNMENT OF S.A. YEARBOOK, 2009; 2010). A proposta do governo sul-africano é bastante ambiciosa, baseia-se na consolidação da democracia e desenvolvimento sócio-econômico em todo o continente. Desta forma, a RAS tomou a frente da União Africana (UA) e, juntamente com a ONU, tem buscado resolver conflitos e promover a paz e segurança também em outros países do continente, em prol de um desenvolvimento coletivo.

Em 2004, a África do Sul comemorou sua primeira década de democracia, e o governo fez um balanço positivo dos progressos alcançados, analisando também os desafios a serem conquistados. Nas eleições de 2004 foi eleito novamente Thabo Mbeki, como a incumbência de comandar o país rumo a melhorias que impliquem em redução significativa do desemprego e da pobreza até 2014. Dada decisão do partido, Mbeki se afastou do cargo em 2008, sendo substituído por Kgalema Motlanthe. Um dos planos utilizados nesta segunda década de democracia da RAS para aumentar a trajetória do crescimento entre 2010 e 2014 é o chamado *Accelerated and Shared Growth Initiative for South Africa*<sup>24</sup> (AsgiSA), que merece também um detalhamento ainda neste capítulo. (GOVERNMENT OF S.A YEARBOOK, 2009; 2010).

Da mesma forma como ocorreu no Brasil, a RAS conseguiu de certa forma driblar a tempestade econômica mundial ocorrida em 2008, não amargando resultados negativos, tais quais os de países do chamado primeiro mundo. Outro avanço foi a publicação, a partir de 2007, de dados oficiais relativos aos indicadores de desenvolvimento e desde então passou a monitorá-los de forma a acompanhar e registrar os progressos especialmente nas áreas de educação, saúde, habitação, crescimento econômico e expansão de benefícios sociais às camadas mais pobres. Ainda no rol de avanços alcançados pelo país, no período chamado de Segunda Década da Liberdade, está sua escolha como sede da Copa do Mundo de Futebol em 2010 que, além de necessitar de grandes investimentos em infraestrutura, representa também uma conquista social para a nação. E o bom andamento desse processo é um dos desafios que permeiam a administração do presidente eleito em 2009, Jacob Zuma. (GOVERNMENT OF S.A YEARBOOK, 2009; 2010).

---

<sup>24</sup> Iniciativa para o Crescimento Acelerado e Compartilhado da África do Sul.

## 5.1 Fazendo as pazes com o passado: as Comissões de Verdade e Reconciliação

Com o fim do regime do *apartheid*, a África do Sul entra finalmente em processo de democratização. Entretanto, não é a simples declaração do fim de um regime culturalmente enraizado por décadas que faz com que ele acabe na prática. Não há como voltar no tempo e desfazer todas as dores e problemas causados, não há cura fácil ou imediata para as sequelas deixadas pelos conflitos. Assim, há de se aprender com a própria história e, portanto, buscar caminhos para minimizar suas consequências. Desta forma, ainda que o fim do *apartheid* tenha marcado o fim do conflito, não significa, necessariamente, o começo do entrosamento entre o povo há décadas polarizado.

Há um longo processo pela frente e, embora já tenha se passado mais de uma década, a desigualdade ainda persiste. Face à necessidade de reconciliação de sua sociedade dividida entre brancos e negros, a África do Sul optou pela criação de Comissões de Verdade e Reconciliação (CVR). De acordo com Filipe (2010, p.1):

As Comissões de Verdade servem para o reconhecimento e compreensão dum passado conflituoso marcado por violações de direitos humanos. A verdade e o reconhecimento do passado ajudam a estabelecer uma ponte para o futuro, criando uma memória coletiva e uma cultura de debate e de direitos humanos, por oposição à anterior cultura de impunidade.

No caso específico da África do Sul, o processo de reconciliação se mostra ainda mais fundamental, dado o fato que brancos e negros, opressores e oprimidos, partilham o mesmo território geográfico. Trata-se de um trabalho em conjunto, de vontade política governamental aliada ao empenho da sociedade como um todo. Quando da mudança do *apartheid* para a democracia, havia duas possibilidades: o esquecimento ou o reconhecimento do passado. Embora a primeira opção possa parecer mais simples, esta implica no perdão a todos os atos opressores, sem qualquer punição aos seus agentes. Para as vítimas isso não é o suficiente e, embora não seja objetivo realizar uma caça às bruxas, para que se possa conviver de forma harmônica com seus antes agressores, há a necessidade de esclarecimentos. Para o arcebispo anglicano Desmond Tutu, defensor das comissões de verdade e justiça restaurativa, que chefiou a CVR:

Um ser humano só é um ser humano por meio de outros e, se um deles é humilhado ou diminuído, o outro o será igualmente. (TUTU, 2000, p.35).

Enquanto os Aliados podiam fazer as malas e voltar para casa depois de Nuremberg, nós na África do Sul temos que conviver uns com os outros. (TUTU, 2000, p.21).

Ao optar pelo reconhecimento do passado, o governo sul-africano decidiu pela investigação e exposição da verdade sobre o passado.

Na África do Sul o projeto de reconciliação centrou-se na premissa de que a revelação da verdade sobre o passado permite aos sobreviventes chegar ao fim da opressão e de que o perdão, tomando forma na anistia, e a vontade de enfrentar um futuro unido levaria à construção duma comunidade reconciliada, optando pelo modelo da Comissão de Verdade e Reconciliação. (WHITAKER, 1999, p.27).

Pode-se afirmar que a estratégia maior do governo quando da adoção da CVR tenha sido a busca pela verdade, com foco na reparação das vítimas, promovendo a reconciliação e evitando assim vinganças e recriminações contra aqueles que antes foram os agressores. Desta forma, a função da CVR pode ser entendida como o estabelecimento de uma ponte entre o passado e o futuro do país, investigando e esclarecendo o passado para prevenir problemas futuros.

As Comissões de Verdade são, também, uma forma de mediar as memórias e de criar uma identidade nacional pós-traumática agindo como condutas de memória coletiva. A CVR representa uma ilustração desse “fazer a memória”, sendo que mais de 22 mil vítimas e 7 mil perpetradores do apartheid deram o seu testemunho perante a CVR, em audiências públicas com transmissão e ampla difusão nos meios de comunicação social. (FILIPE, 2010, p.8).

A base para criação da CVR data de negociação entre os partidos ANC e NP ainda na Constituição Provisória de 1993, que deu origem à Lei nº 34, de Promoção da Unidade Nacional e da Reconciliação, de 1995. Objetivamente, a CVR foi dividida em três comitês multirraciais cujos membros foram escolhidos por Mandela, a saber: Comitê para as Violações de Direitos Humanos (condutor das audiências públicas de vítimas e sobreviventes), Comitê para Anistia (que ouvia e avaliava os pedidos de anistia) e Comitê para Indenização e Reabilitação (que tratava da política de reparação e assistência). As audiências da CVR foram realizadas entre os anos de 1996 e 1998, quando foi entregue Relatório Final ao presidente. O Comitê para Anistia terminou suas audiências em maio de 2001, o que encerrou formalmente o trabalho da CVR. (FILIPE, 2010).

A prática da CVR sul-africana se destacou perante outras comissões, tendo em vista algumas inovações alcançadas, como o espaço que tiveram vítimas, familiares e agressores nas audiências públicas e transparentes, com cobertura pelos meios de comunicação. Tal espaço é importante no sentido de resgatar a dignidade dos cidadãos através do reconhecimento de suas histórias e, dessa forma, da história da nação como um todo. Por fim, ainda que tenha sofrido críticas e, de fato, tenha encontrado problemas e limitações de tempo

e pessoal, dado ter apenas dois anos para analisar e entrevistar vítimas e agressores de um conflito que perdurou por quatro décadas, o saldo final da CVR pode ser considerado positivo.

## 5.2 As ações afirmativas

Com o objetivo de promover a unidade nacional pós-*apartheid*, o governo lançou mão de ações compensatórias para as vítimas do regime. Ainda que as intenções, bem como a legislação para implementação, sejam aprovadas pela grande maioria da população do país, há uma linha muito tênue que separa as políticas de ação afirmativa da perpetuação de identidades raciais. Ao fazer uso de atos legislativos como *Public Services Act*, *Employment Equity Act*, *Skills Development Act* e *Skills Development Levy Act*<sup>25</sup>, o governo buscava a redistribuição do poder e dos recursos econômicos, sociais, culturais e políticos, estes fundamentais na luta contra o *apartheid*. (ALEXANDER, 2006).

O estatuto principal referente a ação afirmativa é a Constituição da África do Sul de 1993. A Seção 8(3)(a) declara que a ‘sociedade considerará qualquer medida designada para alcançar a proteção adequada e o avanço das pessoas que foram prejudicadas por discriminação passada (histórica) como legítima’. É de se entender que empregadores que desejam utilizar ação afirmativa deverão mostrar que a pessoa (em questão) tem sido vítima de discriminação histórica e que a promoção da igualdade é a meta da utilização de ações afirmativas; que as medidas empregadas estão relacionadas à realização dessa meta, e que elas (as medidas) estão sendo aplicadas de modo consistente e não-discriminatório. A palavra ‘injusto’ deve assegurar que a ação afirmativa seja usada no contexto de políticas a empregar apenas vítimas de discriminação passada (histórica). Admite-se que um candidato branco possa experimentar discriminação, mas isso não pode ser julgado como injusto devido a história de *apartheid* sul-africana. Mureinik é da opinião que as palavras na seção 8(3)(a) ‘designadas para alcançar’ são ambíguas; poderiam significar com intencionadas a alcançar ou construídas de modo a alcançar. A vantagem de adotar um significado mais amplo seria que desafios à ação afirmativa podem ser combatidos ao se demonstrar que a política alcançaria a meta estabelecida na seção 8(3)(a). (...) Trabalhadores brancos têm permissão para desafiar políticas de ação afirmativa somente quando acesso a fontes às quais eles teriam direitos em uma sociedade ‘*colour-blind*’ lhes está sendo negado. (JAARSVELD, 2000, p.18).

---

<sup>25</sup> Lei do Serviço Público, Lei do Emprego Igualitário, Lei do Desenvolvimento de Habilidades e Lei da Taxação de Desenvolvimento de Habilidades.

Para Alexander (2006, p. 117), ao aplicar tais medidas, estão sendo confundidas ações afirmativas<sup>26</sup> com o que seriam medidas de transformação, estas últimas necessárias para a produção de mudança social e econômica estrutural. Somente a partir de mudanças profundas é que a população negra como um todo poderá se encontrar na posição de beneficiária das ações afirmativas, visto que da forma atual somente favorece a classe média negra em ascensão. Afirma que o próprio termo ação afirmativa “só tem sentido no contexto de indivíduos que possuem a mesma qualificação ou especialização, no qual aqueles que pertencem a algum dos grupos específicos devem ter preferência sobre os demais”.

Assim, considerando-se as restrições impostas aos negros durante as décadas do regime, não é de se estranhar que haja carência profunda na educação e profissionalização destes. Não basta o governo designar trabalhadores para funções cuja preparação lhes falta apenas pelo simples fato de serem negros. Conforme definem Adam, Slabbert e Moodley (1997, p.212). “O esforço acelerado para enegrecer as instituições sul-africanas a todo custo significa muitas vezes a preterição ou a redução do número de funcionários públicos da velha ordem”. Ou seja, embora haja boa intenção, pode-se estar criando um problema ainda maior ao alocar trabalhadores sem experiência ou capacitação para postos que demandam qualificação específica.

Por outro lado há o chamado Empoderamento Econômico Negro (EEN), considerado uma reparação às classes média e alta, o que nada mais é do que o enriquecimento de um pequeno grupo de pessoas, em muitos casos antigos líderes da luta contra o *apartheid*. Ou seja, ao invés de atingir os grupos de baixa renda, estas privilegiam a elite negra, tendo como consequência o aprofundamento da desigualdade existente entre as classes, agora também divididas entre negros ricos e pobres. Para Nyati (2004)<sup>27</sup>,

[...] [em dez] anos de democracia sul-africana, a transformação é conspícua por sua ausência no setor privado. Profissionais negros continuam a encontrar barreiras sistemáticas em sua mobilidade ascendente [...]. As companhias vêem a ação afirmativa como uma ameaça ao privilégio branco. Sabem que a ação afirmativa oferece aos negros o mesmo que o imerecido privilégio branco ofereceu aos brancos por décadas, uma vantagem competitiva.

Destarte, surge agora um movimento que questiona se não é o momento de encerrar as políticas de ação afirmativa e empoderamento econômico dos negros, por serem consideradas como meio, não um princípio. Para Brown (2004, p.21), “políticas baseadas na raça só são

---

<sup>26</sup> O autor define medidas de ação afirmativa como sendo atos “especificados para assegurar que pessoas devidamente qualificadas dos grupos designados tenham iguais oportunidades de emprego e sejam equitativamente representadas em todas as categorias de ocupação e níveis da força de trabalho de um empregador específico”.

<sup>27</sup> Publicado no Business Day, em 11 de outubro de 2004.



aceitáveis como um mecanismo temporário para o renivelamento. Alcançados seus objetivos, deveriam ser descartadas”. Mas tal pensamento encontra resistência não só na classe empresária negra (favorecida pelas políticas) como no próprio governo o que, para Alexander (2006), só faz aumentar a perpetuação das identidades raciais que está explícita em sua própria conceitualização e que é evidente na expressão cotidiana dessa política em termos práticos.

### 5.3 AsgiSA, o “PAC” sul-africano

A África do Sul comemorou sua primeira década como democracia em 2004, como a promessa de fechar a segunda década, em 2014, comemorando uma redução sem precedentes da pobreza e do desemprego, através da melhoria contínua do desempenho da economia e no aumento da capacidade de criação de empregos. Entretanto, ainda que tenha havido crescimento médio de 3% da economia durante a primeira década de liberdade, o desafio a que se propõe é bastante ambicioso. E é com o objetivo de alcançar essa demanda que o governo lançou o programa intitulado *Accelerated and Shared Growth Initiative for South Africa* (AsgiSA)<sup>28</sup>.

O programa visa o aproveitamento de fatores como as vantagens de suas políticas econômicas, a credibilidade internacional que vem conquistando e o clima favorável junto à própria população para consolidar seus objetivos. Dessa forma, foram feitos estudos para diagnosticar as carências existentes e que demandam maior atenção, a saber: a) volatilidade e nível da moeda; b) custo, eficiência e capacidade do sistema logístico nacional; b) falta de mão de obra qualificada devidamente amplificada pelo impacto do apartheid espacial sobre os padrões do custo do trabalho; c) barreiras à entrada, limites à competição e à oportunidades de novos investimentos; d) ambiente de regulamentação e encargos para pequenas e médias empresas; e) deficiência de capacidade de organização e liderança do próprio Estado (AsgiSA, 2010).

Sendo assim, uma vez identificados os problemas, o governo trabalha em medidas que visam, se não solucioná-los, minimizar ao máximo seus efeitos através de: a) programas de infraestrutura; b) investimento em setores estratégicos, como o industrial; c) iniciativas no

---

<sup>28</sup> O documento completo está disponível em: <<http://www.info.gov.za/asgisa>>.

setor de educação e competências; d) eliminação da chamada “segunda economia”, com vistas à redução das desigualdades; e) questões macroeconômicas; f) melhorias nas instituições de administração pública. (AsgiSA, 2010).

Cabe aqui não uma análise detalhada de cada um dos itens e ações previstas para o plano, mas sim registrar que o desafio de crescimento e melhoria na qualidade de vida da população sul-africana foi lançado, e há de se reconhecer que diversas metas já foram traçadas e até mesmo atitudes práticas foram tomadas neste sentido. O texto do programa prevê a realização de avaliações periódicas, bem como alterações e complementos quando necessário. Mas, de acordo com o governo, constrói as bases para uma união nacional em prol do crescimento econômico e redução das desigualdades. Ou ainda, como conclui o documento: “*Our second decade of freedom will be the decade in which we radically reduce inequality and virtually eliminate poverty. We know now that we can do it, working together around an initiative which has the support of the nation*”.<sup>29</sup> (AsgiSA, 2010, p.19).

## 5.4 O desafio da saúde pública

A África do Sul é um dos países signatários da *Declaration of Commitment on HIV/AIDS*<sup>30</sup>, comprometendo-se a estabelecer políticas e ações no sentido de conter o avanço da doença no seio de sua população. Em março de 2010, o governo sul-africano publicou documento intitulado *2010 Country Progress Report on the Declaration of Commitment on HIV/AIDS*<sup>31</sup>. Este documento foi construído a partir de um trabalho conjunto entre governo, sociedade civil e iniciativa privada. Trata-se do relatório oficial do governo disponível na página eletrônica da *Joint United Nations Programme on HIV/AIDS (UNAIDS)*<sup>32</sup> e, portanto, servirá como referência para todo este item.

Apesar de ser o país cuja economia é a mais desenvolvida de todo o continente, a RAS amarga ainda a herança de desigualdade social e econômica dos anos do *apartheid*. Ainda que

<sup>29</sup> Nossa segunda década de liberdade será a década na qual nós reduzimos radicalmente a desigualdade e eliminamos a pobreza. Sabemos que podemos fazer isso, trabalhando juntos por uma iniciativa que tem o apoio de toda a nação.

<sup>30</sup> Declaração de Compromisso sobre HIV/AIDS, assinada em 2001 durante Sessão Especial da Assembléia sobre HIV/AIDS.

<sup>31</sup> Relatório do Progresso Nacional sobre a Declaração de Compromisso sobre HIV/AIDS 2010.

<sup>32</sup> Disponível no endereço: <<http://www.unaids.org/en/default.asp>>.

tenha severos problemas com o desemprego, pobreza e criminalidade, o que tem aumentado mais assustadoramente é o agravamento da epidemia de HIV/AIDS, que colocou o país no primeiro lugar mundial do triste ranking de infecções pela doença. De acordo com o relatório, a estimativa de sul-africanos vivendo com a doença no ano de 2009 é de 5,7 milhões de pessoas. Pesquisas realizadas entre 2005 e 2008, com diferentes faixas etárias, constataram que cerca de 11% da população acima de 2 anos de idade está infectada e, sendo assim, há muito deixou de ser um problema sul-africano para tornar-se um problema mundial.

Curiosamente o relatório aponta um aumento na incidência de novas infecções no período de 1991 a 1999<sup>33</sup>, diminuindo gradativamente até chegar a 2009, podendo ser interpretado como uma piora na saúde pública sul-africana exatamente no período inicial da redemocratização.

Em resposta à necessidade urgente de medidas sérias para conter o avanço da epidemia, o presidente Zuma lançou em 2009 a campanha “*I am responsible, we are responsible, South Africa is taking responsibility*”<sup>34</sup> com a finalidade de acelerar o processo de prevenção da doença, tratamento, cuidado e apoio à população já infectada. Desde o ano 2000 o governo tem trabalhado no desenvolvimento de políticas voltadas à prevenção da doença, tendo estabelecido planos de cinco anos de estratégias nacionais como o atual, que prevê diversas ações para o período 2007/2011. (S.A. PROGRESS REPORT ON THE DECLARATION OF COMMITMENT ON HIV/AIDS, 2010)

Entretanto, há um longo caminho pela frente. A própria legislação do país acaba por facilitar a disseminação da doença, como é o caso da tolerância à poligamia masculina que, ao contaminar mulheres em idade reprodutiva, acaba por transmitir a doença também para seus filhos. Além disso, o país ainda não conta com um sistema global que permita recolher e centralizar as informações para estudo mais aprofundado de possíveis soluções. O *National Strategical Plan*<sup>35</sup> (NSP) prevê a promoção e proteção dos direitos humanos, com o objetivo de formar referências para o cumprimento das normas e padrões de direitos humanos, mas infelizmente o país tem caminhado lentamente na implementação de um sistema de monitoramento e avaliação para HIV/AIDS, o que afeta sobremaneira a população mais vulnerável, como é o caso dos mais pobres. (HEALTH DEPARTMENT OF S.A., 2006).

Sendo assim, o ambicioso objetivo do governo é o de reduzir a taxa de incidência nacional em 50% até 2011 e, para tanto, tem atacado massivamente diferentes formas de

---

<sup>33</sup> De acordo com o Relatório, a incidência anual estimada de novas infecções era de 100 mil em 1991, chegou a 600 mil em 1999, diminuindo gradativamente até chegar a cerca de 500 mil em 2009.

<sup>34</sup> Eu sou responsável, nós somos responsáveis, a África do Sul está tomando a responsabilidade.

<sup>35</sup> Plano Estratégico Nacional.

proliferação, como transfusão sanguínea e contágio de mãe para filho. Ainda, tem dado especial atenção ao tratamento contra a incidência de tuberculose, principal causa de morte da população contaminada com HIV no país. O percentual de casos que recebeu tratamento contra a tuberculose passou de 18% em 2008 para 42% em 2009. (NSP, 2010, p.37).

Para atingir seus objetivos de prevenir novas infecções, o governo sul-africano, juntamente com a sociedade como um todo, tem trabalhado no sentido de divulgar a prevenção através dos meios de comunicação, com a finalidade de conscientizar a população de que este é um problema imediato e que atinge, direta ou indiretamente, a população como um todo e cuja resolução (esta, de longo prazo) exige medidas enérgicas, urgentes e, principalmente, coletivas.

## **5.5 Objetivos do Milênio**

Com a finalidade de resolver o problema da miséria no mundo, a ONU estabeleceu no ano 2000 a Campanha do Milênio das Nações Unidas. Através da proposição de oito metas, que são conhecidas no Brasil como 8 jeitos de mudar o mundo, os 189 países signatários devem trabalhar no sentido de construir uma nova realidade global até o ano de 2015. Os objetivos são: a) Acabar com a fome e a miséria; b) Educação universal; c) Equidade de gênero; d) Redução da mortalidade infantil; e) Melhoria na saúde das gestantes; f) Combate à AIDS, malária e outras doenças; g) Qualidade de vida e respeito ao meio ambiente; h) Parceria global pelo desenvolvimento. (ONU, 2010).

Não há necessidade de uma descrição detalhada de cada um dos objetivos do milênio, ou de ressaltar que todos eles são necessários tanto na África do Sul como no continente como um todo, mas é importante destacar que as ações prometidas representam um pacto inédito dentre as nações. Partindo das mais pobres, que assumiram o compromisso de melhorar suas políticas internas e conscientizar seus cidadãos aumentando suas próprias responsabilidades até chegar às nações mais ricas, que se comprometeram a fornecer os recursos para tal.

Desta forma, trata-se não mais de uma simples declaração de intenções, mas de ações efetivas no sentido de combater as condições de existência desumana que assolam diversas nações, muitas delas localizadas no continente africano. Os mecanismos de acompanhamento das ações já foram postos em prática e estão sendo acompanhados de perto, fato comprovado

pela convocação das lideranças dos países signatários para uma nova assembleia, em setembro de 2010. Sob o argumento de que os desenvolvimentos desiguais e as crises financeiras ocorridas recentemente não podem ser usadas como desculpa para o não cumprimento das metas, o Secretário Geral da ONU chamou novamente os países para discutir as providências necessárias para acelerar o processo e assim cumprir a promessa realizada em 2000. (ONU, 2010).

## 5.6 Copa do Mundo 2010

*South Africa will deliver a world-class event that will forever change the perceptions of the international community, and also ensure a lasting legacy for the people of Africa*<sup>36</sup>. (ZUMA, 2009; 2010).

O ano de 2010 representa um marco histórico: pela primeira vez aquele que é considerado o maior evento esportivo do mundo será realizado solo africano. A escolha da África do Sul, além de representar investimentos necessários em infraestrutura e geração de empregos, tem elevado caráter moral para sua população. Entre os dias 11 de junho e 11 de julho de 2010 os olhos do mundo inteiro voltam-se à África do Sul e, diferente dos olhares e críticas em função do *apartheid*, agora são de alegria e torcida que permeiam a competição desportiva.

Reunindo equipes de 32 países, sendo seis deles africanos, a competição ocorre em oito das nove províncias sul-africanas e envolve uma série de ações governamentais no sentido de investimento em diversas áreas como segurança, saúde, fiscal, aduaneira, transporte, telecomunicações e energia. A própria FIFA<sup>37</sup>, organizadora da Copa do Mundo, exige que o país que pretende sediar a competição atenda diversos requisitos, que são devidamente fiscalizados para garantir o bom andamento do evento.

Assim, desde 2004, quando do anúncio da escolha da África do Sul como sede da Copa do Mundo 2010, têm sido efetuados diversos investimentos econômicos no país, no sentido de viabilizar a realização do evento. Ainda que tais investimentos sejam realizados em

---

<sup>36</sup>A África do Sul vai apresentar um evento de classe mundial que mudará para sempre a percepção da comunidade internacional, e também vai assegurar um legado duradouro para o povo africano. (declaração do Presidente Zuma dentro do S.A YEARBOOK 2009; 2010).

<sup>37</sup>Fédération Internationale de Football Association.

função da Copa, especialmente aqueles relativos à infraestrutura e geração de empregos refletem em benefícios diretos para a população local.

Tabela 13: Investimento econômico para realização da Copa do Mundo 2010

Atividade	Resultado
Investimento para a economia entre 2006/2010	R55,7 bilhões
Geração de empregos	415.400 de empregos
Geração de impostos	R19,3 bilhões
Turistas esperados para o período dos jogos	483.250 de turistas
Gastos dos turistas durante a estada no país	R8,5 milhões
Gastos do governo em infra-estrutura entre 2006/2010	R600 bilhões

Fonte: elaborado pela autora através de dados divulgados pelo governo no documento intitulado “Fact sheet: Government preparations for the 2010 FIFA World Cup<sup>38</sup>”.

Ainda que a África do Sul já tenha sediado diversos eventos internacionais desde 1994, uma das grandes preocupações é a questão da segurança pública durante o evento, que deve gerar um investimento de R640 milhões para criação de 41 mil vagas de emprego nesta para realização desta tarefa. Por outro lado, espera-se que a exposição do país durante a copa traga novos turistas no futuro, melhorando também essa área que atualmente recebe menos de 10 milhões de visitantes por ano<sup>39</sup>.

A partir do exposto neste capítulo pode-se verificar que a África do Sul alcançou um rápido crescimento nos últimos anos. Por um lado, cabe ressaltar a importância das ações realizadas posteriormente à democratização do país, tais como as Comissões de Verdade e Reconciliação, que foram fundamentais no sentido de melhoria nas condições morais de sua população para que esta pudesse novamente se unir em prol do bem comum. Por outro lado, destaca-se o papel da AsgiSA na retomada do crescimento econômico do país. Tal programa prevê metas ambiciosas para os próximos anos, como a erradicação da miséria e a melhoria considerável na atual situação da saúde pública do país. Ainda, cabe ressaltar que o crescimento econômico acelerado observado nos últimos anos, especialmente desde 2004, tem sido impulsionado pelos investimentos em infraestrutura e geração de postos de trabalho para as obras necessárias para viabilizar a realização da Copa do Mundo 2010 no país.

<sup>38</sup> Ficha: os preparativos do Governo para a Copa do Mundo FIFA 2010. Disponível em: <[http://www.info.gov.za/issues/world\\_cup/2010\\_preparations.pdf&.>](http://www.info.gov.za/issues/world_cup/2010_preparations.pdf&.>).

<sup>39</sup> Informação disponível em: <[http://www.info.gov.za/issues/world\\_cup/2010\\_preparations.pdf&.>](http://www.info.gov.za/issues/world_cup/2010_preparations.pdf&.>).

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ainda que seja considerado um país periférico, com todas as dificuldades comuns àqueles que se encontram nesta mesma categoria, a República da África do Sul desponta como uma potência regional no continente, especialmente na área conhecida como África subsaariana. Além dos problemas típicos dos países cuja colonização teve caráter de exploração e pilhagem ao invés de desenvolvimento, o país acabou por absorver uma cultura de superioridade dos brancos sobre os não-brancos, o que veio a refletir dramaticamente mais tarde. Sendo assim, o presente trabalho teve como objetivo geral a realização de um resgate histórico do processo de democratização da República da África do Sul, desde a instauração do regime de segregação racial conhecido como *apartheid* até a queda do mesmo, para análise da atual situação, barreiras e perspectivas para o desenvolvimento futuro do país.

O estabelecimento oficial, em 1948, do regime que pregava um “desenvolvimento separado”, porém na prática, apenas separava a população, tendo como critério a cor da pele, deixou marcas profundas. A discriminação racial do seu povo para com seus próprios pares durou mais de quatro décadas e ainda hoje, apesar dos mais de quinze anos passados da queda do *apartheid*, reflete na vida das pessoas. Fez parte dos objetivos deste trabalho a realização de uma revisão histórica da trajetória da África do Sul, desde a época da instauração do regime do *apartheid* até às mudanças decorrentes de sua queda em 1994.

Apesar dos inúmeros problemas que perfazem a história da África do Sul, há de se destacar o fato de que, apesar das décadas de conflito interno de grupos contrários ao regime, de todas as sanções internacionais sofridas como forma de pressão para que este fosse encerrado e do fato de que a parte oprimida consistia na maioria absoluta da população, a transição do regime para a democracia deu-se de forma espantosamente pacífica. Tal fato não surpreendeu somente os sul-africanos, mas a comunidade internacional como um todo, dados os anos anteriores de dura repressão sofrida por aqueles contrários ao regime.

Com a abolição do regime pelo então presidente De Klerk em 1990, o caminho natural tornou-se a realização de novas eleições, as primeiras multirraciais, em 1994, aclamando recém libertado líder de oposição ao regime, Nelson Mandela, como presidente. Mandela havia passado preso por quase trinta anos, condenado à prisão perpétua pelo crime de sabotagem e traição, com o agravante de conspiração comunista para derrubar o governo. Certamente o ator social de maior importância no país, Mandela liderou, juntamente com De

Klerk, as negociações para a aprovação de uma Constituição interina que, na prática, encerrou o *apartheid*. Tal feito, dado o caráter inovador de dispensar a participação de mediadores estrangeiros e realização do processo de forma pacífica, fez com que ambos fossem inclusive homenageados com o Prêmio Nobel da Paz em 1993.

A figura de Nelson Mandela é a de maior expressão na África do Sul, servindo de modelo de inspiração e persistência também no resto do mundo. No período de sua presidência, buscou ações no sentido de corrigir os erros do passado para que estes não voltassem a ocorrer no futuro. Para tanto, fez uso da política de esclarecimento e perdão do passado, através da instituição de Comissões de Verdade e Reconciliação. Estas buscaram não fazer uma caça às bruxas em praça pública, mas realizar audiências nas quais foram ouvidos tanto agressores quanto vítimas e, ainda que não haja como desfazer o passado, contemplou os oprimidos no sentido do reconhecimento de sua história.

Por outro lado, o governo buscou a realização das chamadas “ações afirmativas” que na prática tratam do estabelecimento de vantagens para compensar as perdas anteriores. Para alguns autores estas não são medidas adequadas para a resolução do problema real, pois somente favorecem a classe média negra em ascensão e aumentam ainda mais o abismo existente entre esta e os mais pobres. Foco de críticas diversas, tais ações permanecem ainda hoje e, tem como consequência o chamado Empoderamento Econômico Negro. Ou seja, embora tais ações tivessem como foco a compensação das perdas anteriores de toda a população prejudicada durante o regime, elas apenas conseguiram favorecer uma pequena parcela da população, que agora é considerada a elite negra.

Outro objetivo do trabalho foi o de avaliar o papel da África do Sul dentro da SADC e os desafios desta para implantação da área de livre comércio entre os países membros em busca do desenvolvimento da região. Passadas quase duas décadas do estabelecimento da democracia sul-africana, o país líder da SADC ainda amarga sérios problemas estruturais: são grandes as carências de ordem econômica e social. Além da grande desigualdade na distribuição de renda, educação e desemprego, o país tem que lidar com uma séria epidemia nos casos de infecção com HIV/AIDS em sua população. O país assinou, juntamente com os demais membros do SADC, o Pacto pela erradicação da pobreza, com vistas a resolver o problema da miséria e outros tantos que assolam o continente africano como um todo. Embora tenham sido estabelecidas metas deveras ambiciosas para os próximos anos, estas ao menos devem nortear suas ações, ainda que não na efetiva resolução dos problemas, mas no sentido de melhoria da situação atual.



No que tange à relação com o Brasil, foi objetivo deste trabalho mostrar a evolução histórica das suas relações com a África do Sul. Embora as formalidades diplomáticas entre os dois países não sejam exatamente recentes, o estabelecimento de relações comerciais ainda é praticamente inexpressivo. Entretanto, há muito ainda a ser explorado nessa relação, dado que o Brasil pode contribuir muito na minimização de um dos maiores problemas sul-africanos, o da prevenção e tratamento dos infectados com HIV. Por outro lado, a RAS pode contribuir na área da mineração, bastante avançada em relação à brasileira.

Mo que diz respeito aos demais países do continente africano, a África do Sul, desde o fim do *apartheid*, tem buscado tomar a frente na resolução de conflitos e estabelecimento da paz. Desta forma, a RAS tem despontado não só como líder do SADC, mas também ocupado papel de destaque na comunidade internacional que tem reconhecido seus esforços no sentido de superar seu próprio passado, participando de ações coletivas que visam a construção de um mundo mais justo.

Em comemoração à sua primeira década democrática, o governo sul-africano lançou um ambicioso programa de metas para a década seguinte. Lançado em 2004, o AsgiSA identifica carências e estabelece ações de investimento que visam o crescimento econômico do país em tempo recorde. E, ainda que sejam objetivos ambiciosos, o governo sul-africano afirma que a possibilidade de comemorar seu sucesso em 2014 é bastante grande, desde que trabalhados pela nação como um todo. E assim caminha o plano do governo, com o estabelecimento de metas para incluir oficialmente a República da África do Sul no mapa dos países desenvolvidos ainda durante o século XXI.

## REFERÊNCIAS

ACCELERATED AND SHARED GROWTH INICIATIVE – SOUTH AFRICA. Disponível em: <[www.info.gov.za/asgisa](http://www.info.gov.za/asgisa)>. Acesso em: 11 de jun. 2010.

ADAM, H.; SLABBERT, F.; MOODLEY, K. **Comrades in business: post-liberation politics in South Africa**. Cidade do Cabo, Tafelberg, 1997.

AFRICA. **Yearbook**. 2009/2010. Disponível em: <[http://www.gcis.gov.za/resource\\_centre/sa\\_info/yearbook/2009/](http://www.gcis.gov.za/resource_centre/sa_info/yearbook/2009/)>. Acesso em: 6 jun. 2010.

AFRICAN NATIONAL CONGRESS. Disponível em: <<http://www.anc.org.za/show.php?doc=/ancdocs/history/pres-sg.html>>. Acesso em: 4 abr. 2010.

ALEXANDER, Neville. **Brown vs. board of education: a South African perspective**. Praesa Occasional Paper, n. 20. Cidade do Cabo, Praesa, University of Cape Town, 2004.

\_\_\_\_\_. Cidadania, identidade racial e construção nacional na África do Sul. Tradução de Norberto Guarinello e João Henrique Costa. In: **Tempo Social**, revista de sociologia da USP, v. 18, n. 2. nov. 2006.

ARRIGHI, Giovanni. A Crise Africana: aspectos regionais e sistêmicos do mundo. In: SADER, Emir (Org.). **Contragolpes: seleção de artigos da New Left Review**. São Paulo: Boitempo, 2006. p. 31-59.

\_\_\_\_\_. **Adam Smith em Pequim: origens e fundamentos do século XXI**. São Paulo: Boitempo, 2008.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR10520: informação e documentação – apresentação de citações em documentos**. Rio de Janeiro, 2001.

\_\_\_\_\_. **NBR14724: informação e documentação – trabalhos acadêmicos - apresentação**. Rio de Janeiro, 2001.

\_\_\_\_\_. **NBR6023: informação e documentação – referências - elaboração**. Rio de Janeiro, 2000.

\_\_\_\_\_. **NBR6024**: numeração progressiva das seções de um documento. Rio de Janeiro, 1989.

\_\_\_\_\_. **NBR6027**: sumário. Rio de Janeiro, 1989.

\_\_\_\_\_. **NBR6028**: resumos. Rio de Janeiro, 1990.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Disponível em:

<<http://www4.bcb.gov.br/pec/conversao/Resultado.asp?idpai=convmoeda>>. Acesso em: 13 jun. 2010.

BRANCO, L. B. M. C. **A Política Externa Sul-Africana**: do Apartheid a Mandela. Lisboa. 2003. 445 f. (Doutorado em Ciências Sociais) – INSTITUTO UNIVERSITÁRIO DE LISBOA, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE), Lisboa.

BRAUDEL, Fernand. **Escritos sobre a história**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1992.

BROWN, S. Two roads to power. **Mail and Guardian**, 2-8 out, 2004.

BUNTING, Brian. **The Rise of the South African Reich**. Penguin African Library, Middlesex. 1969. 552 p.

CARVALHO, Paula Gonçalves de Carvalho; PINHEIRO, Teresa Gil; SOUSA, João Vítor. África do Sul. **Banco BPI**, Departamento de Estudos Econômicos e Financeiros, jul. 2007. Disponível em: <<http://www.bpiinvestimentos.pt/Research/research.asp?opc=12>>. Acesso em: 25 set. 2009.

CASTELLS, Manuel. **Fim de Milênio**: a era da informação: economia, sociedade e cultura. v. 3. São Paulo: Paz e Terra, 1999. p. 95-155.

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. **The World Factbook**: Brazil. Disponível em:

<<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/br.html>>. Acesso em: 4 abr. 2010.

\_\_\_\_\_. **The World Factbook**: South Africa

<<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/sf.html>>. Acesso em: 4 abr. 2010.

CONSULADO GERAL DA ÁFRICA DO SUL NO BRASIL. Disponível em:  
<<http://www.africadosul.org.br/>>. Acesso em: 4 abr. 2010.

DICKEN, Peter, PECK, Jamie, TICKELL, Adam. Unpacking the Global. In: Lee, Roger & Wills, Jane (eds). **Geographies of Economies**. London: Arnold, 1997.

EMBAIXADA DA REPÚBLICA DA ÁFRICA DO SUL. **Consulado Geral da República da África do Sul no Brasil**. Disponível em: <<http://www.africadosul.org.br/>>. Acesso em: 4 abr. 2010.

FILIPE, Ângela Marques. O processo de Reconciliação na África do Sul. **Centro de Investigação e Análise em Relações Internacionais**. Disponível em:  
<<http://www.ciari.org/>>. Acesso em: 11 jun. 2010.

GIL, Antonio Carlos. **Técnicas de pesquisa em economia e elaboração de monografias**. São Paulo: Atlas, 2002, p. 31-61.

GOVERNMENT COMMUNICATIONS AND INFORMATION SYSTEM OF REPUBLIC OF SOUTH AFRICA. **Yearbook**. Disponível em:  
<[http://www.gcis.gov.za/resource\\_centre/sa\\_info/yearbook/2009/](http://www.gcis.gov.za/resource_centre/sa_info/yearbook/2009/)>. Acesso em: 6 jun. 2010.

\_\_\_\_\_. **South Africa: A winning nation!** 2009. Disponível em:  
<[http://www.gcis.gov.za/resource\\_centre/sa\\_info/yearbook/2009-10/2010%20pages\\_A%20winning%20nation.pdf](http://www.gcis.gov.za/resource_centre/sa_info/yearbook/2009-10/2010%20pages_A%20winning%20nation.pdf)>. Acesso em: 6 jun. 2010.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro (Org.). **África do Sul: visões brasileiras**. Brasília: IPRI, Fundação Alexandre Gusmão, 2000.

HEALTH DEPARTMENT OF REPUBLIC OF SOUTH AFRICA. **Broad Frame-Work for HIV & AIDS and STI Strategic Plan for South Africa, 2001-2011**. Nov. 2006. Disponível em: <<http://www.info.gov.za/issues/hiv/framework.pdf>>. Acesso em 6 jun. 2010.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Setores Exportador e Importador da África do Sul**. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/>>. Acesso em: 24 mar. 2010.

JAARSVELD, Izelde Louise Van. Affirmative Action: a comparison between South Africa and the United States. **Magisterial Law**, v. 42, n.6, 2000.

KOCK, W. J. **História da África do Sul**. Pretória, África do Sul: editora do Ministério da Informação da África do Sul, 1972.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia Científica**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

LAMPREIA, L.F. **A Política Externa Brasileira: continuidade e renovação**. 2004. Disponível em: <<http://www.mre.gov.br/cdbrasil/itamaraty/web/port/relext/polext/apresent/apresent.htm>>. Acesso em: 5 jun 2010.

MANDELA, Nelson. **Longo caminho para a liberdade: uma autobiografia**. São Paulo: Siciliano, 1995. 523p.

\_\_\_\_\_. **I am Prepared to Die**. Statement from the Dock at the Opening of the Defense Cease in the Rivonia Trial, 20/04/1964, ANC Historical Documents, 15 pp. Disponível em: <<http://www.anc.org.za/ancdocs/history/mandela/1960's/rivonia.html>>. Acesso em: 2 maio 2010.

MENDONÇA, Hélio Magalhães de. Política Externa da África do Sul (1945-1999). In: GUIMARÃES, Samuel Pinheiro (Org.). **África do Sul: visões brasileiras**. Brasília: IPRI, Fundação Alexandre Gusmão, 2000.

MERCADO COMUM DO SUL. Disponível em: <[www.mercosul.org.br](http://www.mercosul.org.br)>. Acesso em: 5 jun. 2010.

MOURAO, Fernando. **O Brasil e a África**. Temas de Política Externa Brasileira II. São Paulo: Paz e Terra. v. II. 1994.

NYATI, M. **Admitting to racism is vital first step firms must take**. Business Day, 11 out, 2004.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. Disponível em: <[http://www.oecd.org/home/0,2987,en\\_2649\\_201185\\_1\\_1\\_1\\_1\\_1,00.html](http://www.oecd.org/home/0,2987,en_2649_201185_1_1_1_1_1,00.html)>. Acesso em: 4 abr. 2010.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Disponível em: <[www.un.org.br](http://www.un.org.br)>. Acesso em: 5 jun. 2010.

PENNA FILHO, Pio. **Do Pragmatismo Consciente à Parceria Estratégica: as relações Brasil-África do Sul (1918-2000)**, 2001, 441p.

\_\_\_\_\_. Integração Econômica no Continente Africano: ECOWAS e SADC. In: **Revista Cena Internacional**, dez. 2000, v. 2, n. 2, p. 17-34.

\_\_\_\_\_. Segurança Seletiva no Pós-guerra Fria: Uma análise da Política e dos Instrumentos de Segurança das Nações Unidas para os Países Periféricos o caso Africano. In: **Revista Brasileira de Política Internacional**, jun. 2004, v. 47, n. 1, p. 31-50.

PEREIRA, José Carlos Fernandes de Azevedo. **Perspectivas para a entrada da África do Sul na Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC)**. 1995. 135f. (Mestrado em Economia Internacional) - UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA, Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG), Lisboa.

PINTO, Simone Martins Rodrigues. Justiça Transacional na África do Sul: Restaurando o Passado, Construindo o Futuro. 2006. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 2, p. 393-421, jul./dez. 2007.

REDDY, Enuga Sreennivasulu. **The Freedom Charter and the United Nations**. Unpublished paper. 1985. 9p. Disponível em: <<http://www.anc.org.za/un/reddy/facum.html>>. Acesso em: 2 maio 2010.

\_\_\_\_\_. **United Nations and Apartheid. A Cronology**, ANC Historical Documents. 1994. 15p. Disponível em: <<http://www.anc.org.za/un/un-chron.html>>. Acesso em: 2 maio 2010.

SAMPSON, Anthony. **O negro e o ouro: magnatas, revolucionários e o apartheid**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SANTOS, Juliana Soares. **A integração regional na África Austral: a SADC na ótica dos interesses sul-africanos**. 1999. 283 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/aladaa/soares.rtf> >. Acesso em: 23 set. 2009.

SOUTH AFRICA COUNTRY PROGRESS REPORT ON THE DECLARATION OF COMMITMENT ON HIV/AIDS - 2010 REPORT. Reporting Period: January 2008 - December 2009 - Final Report 31 March, 2010. Disponível em: <<http://www.unaids.org/en/default.asp>>. Acesso em: 11 jun. 2010.

SOUTH AFRICA GOVERNMENT INFORMATION. **World Cup 2010 Information**. Disponível em: <[http://www.info.gov.za/issues/world\\_cup/index.htm](http://www.info.gov.za/issues/world_cup/index.htm)>. Acesso em: 6 maio 2010.

SOUTH AFRICA GOVERNMENT ONLINE. **National Strategic Plan – NSP**. Disponível em: <<http://www.gov.za/>>. Acesso em: 6 maio 2010.

SOUTHERN AFRICAN DEVELOPMENT COMMUNITY. **Declaração da SADC sobre a erradicação da pobreza e o desenvolvimento sustentável**. 20 abr. 2008. Disponível em: <[http://www.sadc.int/conference/content/portuguese/SADC\\_declaration\\_poverty\\_developmet\\_portuguese.pdf](http://www.sadc.int/conference/content/portuguese/SADC_declaration_poverty_developmet_portuguese.pdf)>. Acesso em: 29 set. 2009.

\_\_\_\_\_. **Declaração e Tratado da SADC**. 13 ago. 1992. Disponível em: <[http://www.sadc.int/documents/portuguese/SADC\\_declaration\\_treaty\\_portuguese.pdf](http://www.sadc.int/documents/portuguese/SADC_declaration_treaty_portuguese.pdf)>. Acesso em: 29 set. 2009.

\_\_\_\_\_. Disponível em: <<http://www.sadc.int/>>. Acesso em: 10 maio 2010.

STATISTICS SOUTH AFRICA. Disponível em: <<http://www.statssa.gov.za/>>. Acesso em: 4 abr. 2010.

THE NOBEL PRIZE. 1993. Disponível em: <[http://nobelprize.org/nobel\\_prizes/peace/laureates/1993/](http://nobelprize.org/nobel_prizes/peace/laureates/1993/)>. Acesso em: 4 abr. 2010.

THE PRESIDENCY REPUBLIC OF SOUTH AFRICA. Disponível em: <<http://www.thepresidency.gov.za/main.asp?include=about/presidency.htm>>. Acesso em: 4 abr. 2010.

THE SECRETARIAT OF THE AFRICAN, CARIBBEAN AND PACIFIC GROUP OF STATES. **Regional Integration and Co-operation: Realistic Avenues in the next Millennium**. Sept. 1997. Disponível em: <<http://www.acpsec.org/>>. Acesso em: 4 abr. 2010.

THE UNITED NATIONS. Disponível em: <[www.un.org](http://www.un.org)>. Acesso em: 5 jun. 2010.

THE WORLD BANK. Disponível em: <[www.worldbank.org](http://www.worldbank.org)>. Acesso em: 5 jun. 2010.

\_\_\_\_\_. Disponível em: <[http://ddpext.worldbank.org/ext/ddpreports/ViewSharedReport?REPORT\\_ID=9147&REQUEST\\_TYPE=VIEWADVANCED&DIMENSIONS=191](http://ddpext.worldbank.org/ext/ddpreports/ViewSharedReport?REPORT_ID=9147&REQUEST_TYPE=VIEWADVANCED&DIMENSIONS=191)>. Acesso em: 4 abr. 2010.

TUTU, Desmond. **No future without forgiveness**. New York: First Image Press, 2000.

UNCTAD UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT. Disponível em: <<http://www.unctad.org/Templates/Page.asp?intItemID=3198&lang=1>>. Acesso em: 4 abr. 2010.

UNITED NATIONS COMMODITY TRADE STATISTICS DATABASE. Disponível em: <<http://stats.unctad.org/Handbook/ReportFolders/reportFolders.aspx>>. Acesso em: 4 abr. 2010.

UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT. Disponível em : <<http://www.unctad.org/Templates/Page.asp?intItemID=3198&lang=1>>. Acesso em: 10 maio 2010.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME. South Africa Human Development Report 2003. 12 fev. 2004. Disponível em: <[http://78.136.31.142/en/reports/nationalreports/africa/southafrica/south\\_africa\\_2003\\_en.pdf](http://78.136.31.142/en/reports/nationalreports/africa/southafrica/south_africa_2003_en.pdf)>. Acesso em: 9 nov. 2009.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. **Grupo de Pesquisa em Economia Política dos Sistemas-Mundo**. 2009. Disponível em: <[http://www.gpepsm.ufsc.br/index\\_arquivos/epsm.htm](http://www.gpepsm.ufsc.br/index_arquivos/epsm.htm)>. Acesso em: 11 nov. 2009.

VOYAGE PHOTOS. Disponível em: <[www.voyagesphotosmanu.com/mapa\\_africa\\_do\\_sul.htm](http://www.voyagesphotosmanu.com/mapa_africa_do_sul.htm)>. Acesso em: 13 jun. 2010.

WALLERSTEIN, Immanuel. Globalização: uma trajetória a longo prazo do sistema-mundo. In: **O Declínio do Poder Americano**: os Estados Unidos em um mundo caótico. Tradução Elsa T. S. Vieira. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004. cap 3. p. 53-76.

\_\_\_\_\_. **Impensar a ciência social**: os limites dos paradigmas do século XIX. Aparecida: Ideias & Letras, 2006.

\_\_\_\_\_. **O sistema mundial moderno**. Porto: Edições Afrontamento, 1990.

WHITAKER, D. Conflict and reconciliation in the contemporary world. London: Routledge, (Making of the Contemporary World), 1999. p. 27.



ZOCKUM, Maria Helene. Setores Exportador e Importador da África do Sul. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**, dez. 2005. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/pub/td/2005/td\\_1143.pdf](http://www.ipea.gov.br/pub/td/2005/td_1143.pdf)>. Acesso em: 25 set. 2009.

ZOUTENDYK, Alwym. Report on the Interchange of Trade between The Union of South Africa and South America Republics – Brazil; Argentine; Uruguay. In: **National Archives of South Africa, Union of South Africa – Comercial Relations, Brazil**, jul. 1936, p. 6-8.